

GABRIEL BACK DA SILVA

**O SACRAMENTO DA RECONCILIAÇÃO:
fundamentos e celebração**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Teologia da Faculdade Católica de Santa Catarina (FACASC), para a obtenção do Grau de Bacharel em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Aléx Lima da Silva.

Florianópolis
2024

Ficha de identificação da obra elaborada com o auxílio da
Biblioteca Dom Afonso Nihues da FACASC

Silva, Gabriel Back da

O Sacramento da Reconciliação: fundamentos e
celebração. / Gabriel Back da Silva; Orientador: Rafael
Aléx Lima da Silva; Florianópolis, SC, 2024.

81 p.

TCC (Graduação - Teologia) - Faculdade Católica de
Santa Catarina.

Inclui referências:

1. Reconciliação 2. Sacramento 3. Celebração. II.
Título.



FACULDADE CATÓLICA DE SANTA CATARINA (FACASC)

Rua: Deputado Antônio Edu Vieira, 1524 - Caixa Postal nº 5041 - Bairro: Pantanal
88.040.245 - Florianópolis (SC) - Brasil - CNPJ nº 82 898 891/0005-33 -
Fone/Fax: (48) 3234-0400
Site: www.facasc.edu.br - E-mail: secretaria@facasc.edu.br


Gabriel Back da Silva

O Sacramento da Reconciliação: fundamentos e celebração.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Teologia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Teologia da FACASC.

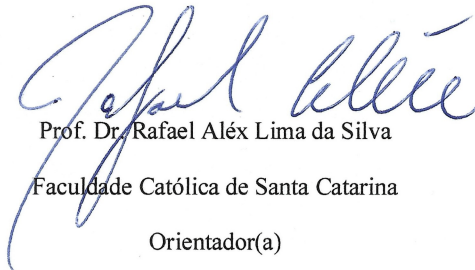
Florianópolis, 06 de agosto de 2024.



Prof. Dr. Edson Adolfo Deretti

Coordenador do Curso

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Rafael Aléz Lima da Silva
Faculdade Católica de Santa Catarina
Orientador(a)


Prof. Esp. Clovis Martins

Faculdade Católica de Santa Catarina

Avaliador(a)

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a todos os que se aproximam do sacramento da reconciliação e a todos os que a ele servem; a todos os que se reconhecem como necessitados da misericórdia de Deus para que encontrem, nos sacramentos da Igreja, a verdadeira alegria do encontro com o Deus misericordioso e acolhedor; enfim, a todos os que necessitam de Deus e o reconhecem como o Senhor de tudo, aos que buscam no Senhor do Universo o sentido da sua pequenez.

Agradeço ao Deus de amor e misericórdia que me permitiu chegar até aqui, ainda que com minhas limitações, à Trindade Santa, Pai e Filho e Espírito Santo. Agradeço à Virgem Maria que, por seu amparo e cuidado maternos, não me deixou faltar o alento em seu colo nos momentos de provação. Aos meus pais que sempre me educaram para ser uma pessoa íntegra e honesta, honrada, sincera e caridosa. Aos meus avós, vivos e falecidos pela abertura à vida e história particular de cada um. À minha irmã e ao meu irmão mais novos, pelos momentos alegres e pela confiança de suas confidências. Aos meus tios e primos, que sempre foram sinal de proximidade e motivo de orgulho para mim. À Diocese de Joinville, nas pessoas dos meus formadores que sempre me animaram na caminhada vocacional. Aos bispos que fizeram parte dessa caminhada, sobretudo a Dom Francisco que com sua honestidade e sua simplicidade paternal me encoraja no caminho rumo ao sacerdócio. Às pessoas e comunidades com que convivi ao decurso dos anos de seminário e me permitiram crescer no discipulado e na configuração a Jesus Cristo. Enfim, meu sincero agradecimento aos meus irmãos de caminhada, os presentes e os que não estão mais no seminário, por poder desfrutar da história e vida de cada um e ali viver muitos momentos da reconciliação salvífica.

Tudo isto vem de Deus, que nos reconciliou consigo por Cristo e nos
confiou o ministério da reconciliação.
(2 Coríntios 5,18)

RESUMO

O trabalho aborda a temática da reconciliação sob o ponto de vista sacramental, em sua fundamentação e em sua celebração. Passando por uma análise antropológica, bíblica e histórica, aborda a importância da celebração da reconciliação para a pessoa humana, mas sobretudo para o cristão. Indica-se uma conceituação de pecado como doença e se aponta sua cura, analisando como a influência do pensamento moderno interferiu a respeito da concepção de pecado e introduziu um mundanismo espiritual que marcou uma deturpação do pensamento sobre a Igreja, e conseqüentemente, sobre o pecado, influenciando na celebração do sacramento da reconciliação. Enfim, fazem-se apontamentos para retomar a celebração do sacramento de maneira salutar, tanto por meio de uma formação moral, quanto por uma preparação e celebração adequada por parte do confessor e do penitente. A metodologia adotada para o trabalho é de cunho bibliográfico.

Palavras-chave: Reconciliação; Sacramento; Celebração.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

At – *Atos dos Apóstolos*
CEC – *Catecismo da Igreja Católica*
CIC – *Código de Direito Canônico*
DI – *Dignitas Infinita*
Ez – *Livro de Ezequiel*
GE – *Gaudete et Exsultate*
Gn – *Livro do Gênesis*
Hb – *Epístola aos Hebreus*
Jn – *Livro de Jonas*
Jo – *Evangelho Segundo João*
Jó – *Livro de Jó*
Lc – *Evangelho Segundo Lucas*
LG – *Lumen Gentium*
Lv – *Livro do Levítico*
Mc – *Evangelho Segundo Marcos*
Mt – *Evangelho Segundo Mateus*
RitP – *Ritual da Penitência*
Rm – *Carta aos Romanos*
RP – *Reconciliatio et Paenitentia*
SC – *Sacrosanctum Concilium*
Sl – *Livro dos Salmos*
1Pd – *Primeira Carta de Pedro*
2Sm – *Segundo Livro de Samuel*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A CRIATURA HUMANA, CONVERTIDA E RECONCILIADA	12
1.1 A CONVERSÃO E RECONCILIAÇÃO COMO NECESSIDADE HUMANA.....	12
1.1.1 Liberdade e consciência, pressupostos para a conversão e reconciliação	12
1.1.2 Aspectos psicológicos	14
1.1.3 Situação vital e sacramento da reconciliação	16
1.2 A CONVERSÃO E A RECONCILIAÇÃO À LUZ DA SAGRADA ESCRITURA.....	19
1.2.1 Antigo Testamento	19
1.2.2 Novo Testamento	22
1.3 A CONVERSÃO E A RECONCILIAÇÃO À LUZ DA TRADIÇÃO ECLESIAL.....	24
1.3.1 História Antiga	25
1.3.2 História Medieval	26
1.3.3 Do Concílio de Trento até o Vaticano II	28
2 PECADO E SALVAÇÃO, CRISE E SACRAMENTO	31
2.1 PECADO E CURA	31
2.1.1 O que é o pecado	31
2.1.2 Como se dá a cura do pecado	34
2.2 PECADO EM DESCRÉDITO	36
2.2.1 Mudança de paradigmas	37
2.2.2 Consequências dos novos paradigmas	39
2.3 PECADO E MUNDANISMO ESPIRITUAL	42
2.3.1 Jansenismo	42
2.3.2 Neopelagianismo	45
2.3.3 Gnosticismo subjetivista	47
3 PERSPECTIVAS PASTORAIS	51
3.1 FORMAR CONSCIÊNCIAS HOJE	52
3.1.1 A formação de uma consciência moral	52
3.1.2 Esclarecer o pecado sem amedrontar	54
3.1.2.1 Como apresentar o pecado	55
3.1.2.2 Tipos de pecado.....	56
3.1.3 Uma moral da conversão e uma vida moral	58
3.2 O CONFESSOR E O SACRAMENTO: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS	59
3.2.1 O ministro na celebração da penitência	61
3.2.1.1 Preparação ao sacramento e ritos introdutórios.....	61
3.2.1.2 Leitura dos textos bíblicos.....	62
3.2.1.3 O ministro durante a confissão e na despedida	63
3.2.2 O ministro como pai, médico, mestre e juiz	64
3.3 O PENITENTE E O SACRAMENTO: EDUCAR-SE PARA A CELEBRAÇÃO.....	66
3.3.1 Entender o sacramento	67
3.3.2 A preparação para a celebração	68
3.3.3 O penitente durante a celebração do sacramento	69
3.3.4 A vida depois do sacramento	71
CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

INTRODUÇÃO

Este trabalho tratará a respeito do sacramento da confissão e sua vivência na atualidade. Inicialmente, abordar-se-ão diversos aspectos essenciais para esta análise, incluindo uma síntese da experiência humana de conversão e reconciliação à luz da antropologia, da Bíblia e da tradição eclesial. Analisar-se-á a relação entre o pecado e sua cura no âmbito do sacramento da reconciliação, bem como apontar-se-ão estratégias para uma vivência mais frutuosa da confissão sacramental.

Para tanto, no primeiro capítulo se discutirá acerca da importância da reconciliação nos âmbitos antropológico, bíblico e eclesial. Nesse sentido serão abordados a Liberdade e a consciência como pressupostos para a conversão e a reconciliação. Posteriormente serão abordados aspectos psicológicos do processo de conversão e reconciliação e como essa realidade toca a situação vital a partir do sacramento da reconciliação.

Explorar-se-á, então, a reconciliação bíblica através dos ensinamentos de profetas como Isaías, Jeremias e Ezequiel, que proclamaram a nova criação e a nova aliança. Analisar-se-á a mensagem de Jesus sobre o perdão gratuito de Deus e a autoridade dada aos apóstolos para ligar e desligar, transmitida pela sucessão apostólica, juntamente com a evolução histórica da práxis sacramental desde os primeiros séculos até as reformas pós Concílio de Trento.

Para atingir o segundo objetivo, no segundo capítulo se abordará a relação entre pecado e salvação no contexto da crise humana e do sacramento. Definir-se-á o que é o pecado e se discutirá sobre diversas formas de penitência, como jejum, oração e esmola, como meios de libertação do pecado. Destacar-se-á a conversão, trazendo o perdão de Deus e a reconciliação com a Igreja, como primordial após o Batismo, com ênfase na formação contínua da consciência para alcançar maturidade moral e discernimento do bem.

Apontar-se-á como a difusão de ideias deturpadas e como a mudança de paradigmas da modernidade gerou aversão e indiferença ao sacramento da penitência, afastando muitos fiéis. Por exemplo, as influências do jansenismo e outras correntes teológicas rigoristas, que têm contribuído para criar aversão e indiferença entre os fiéis. Também serão analisados ressurgimentos de pensamentos neopelagianos e gnósticos, os quais minimizam a necessidade da graça divina para evitar o pecado, impactando negativamente a prática sacramental. A secularização e a visão do pecado como mero sentimento de culpa serão abordadas como elementos que têm levado à perda da noção de pecado.

Nesse contexto se localizará a resposta ao problema que este trabalho procurou responder: como enfrentar essa crise deste sacramento formando consciências saudáveis,

ministros para presidirem-no e preparando os fiéis para a celebração. Por isso, no terceiro capítulo, enfatizar-se-á a necessidade de reintegrar os afastados através do novo ritual do sacramento da reconciliação e uma compreensão teológica adequada. Discutir-se-á o papel dos ministros da Igreja em abordar o pecado de maneira que forme bem a consciência dos fiéis e promova uma celebração eficaz e significativa do sacramento, como essencial para revitalizar a vivência sacramental.

Diante disso, a Igreja deve abordar o pecado e a reconciliação com uma teologia mais inclusiva e compreensiva, visando contrapor as influências deturpadas dessas visões e reintegrar os fiéis afastados. Tornar-se-á crucial que a temática do pecado seja tratada de forma a promover o bem dos penitentes, reconhecendo a graça do sacramento e garantindo que ele seja celebrado de maneira adequada. Caberá aos ministros da Igreja a responsabilidade de auxiliar os fiéis na formação de uma consciência moral bem-educada, fundamental para uma vida cristã autêntica.

A formação teórica e prática do confessor será essencial para presidir o sacramento de forma mistagógica, integrando elementos simbólicos e rituais para que a celebração não seja apenas compreendida intelectualmente, mas vivenciada espiritualmente. Será destacado o resgate da importância da celebração mistagógica pelo movimento de renovação litúrgica e o Vaticano II, permitindo que os fiéis experimentem a graça invisível do sacramento. O sacerdote deverá estar preparado espiritualmente e simbolicamente para acolher os penitentes e orientá-los na confissão, garantindo que o sacramento seja um verdadeiro encontro com a misericórdia divina.

Para que o sacramento da reconciliação seja bem vivenciado, será fundamental, enfim, que os penitentes compreendam os aspectos essenciais da celebração, incluindo a matéria e a forma do sacramento. Os fiéis deverão confessar todos os pecados graves para a validade do sacramento e entender que a confissão não é apenas uma conversa informal, mas um sacramento com caráter comunitário. A participação em celebrações penitenciais comunitárias poderá enriquecer a experiência e fortalecer o senso de comunidade. A pesquisa encontra sua relevância justamente porque o trabalho buscará tratar do sacramento da reconciliação a fim de propor pistas para sua melhor vivência, de acordo com as orientações da Igreja.

1 A CRIATURA HUMANA, CONVERTIDA E RECONCILIADA

O ser humano é um ser de muitas dimensões, sobretudo um ser de comunhão e caminhada, ou seja, que necessita de relação interpessoal saudável para poder progredir. Como um ser inacabado e que erra, necessita constantemente de conversão e de reconciliação o que se demonstra tanto pelo âmbito experiencial e que se demonstra nas Sagradas Escrituras e se desdobrou em sacramento na História da Igreja.

1.1 A CONVERSÃO E RECONCILIAÇÃO COMO NECESSIDADE HUMANA

Diz-se que o ser humano é um ser de caminhada porque se demonstra sempre imperfeito, inconcluso e incompleto. Apesar disso, essas características longe de diminuírem o que ele é, lançam-no sempre a horizontes maiores e melhores. Para compreender essa perspectiva, é necessário fundamentar por meio da antropologia filosófica. Emmanuel Mounier¹ é um personalista cristão, dos muitos autores, que pode lançar bases para a compreensão antropológica.

1.1.1 Liberdade e consciência, pressupostos para a conversão e reconciliação

Algumas das dimensões daquilo que se entende por pessoa são a liberdade e a consciência e são fulcrais para o processo de conversão e, conseqüentemente, de reconciliação.

A liberdade pode gerar o processo de evolução pessoal, por meio do conhecimento das limitações, escolhas e dos sacrifícios, mas somente quando alguém a reconhece como condicionada e limitada.² Por exemplo, uma criança se reconhece livre para escolher entre uma bola vermelha e uma bola amarela, quando reconhece que essas são as únicas duas cores apresentadas e que pode até mesmo escolher não querer nenhuma das duas. A liberdade também

¹ Emmanuel Mounier foi um filósofo do séc. XX. Nasceu em 1905 em Grenoble, na França, tendo por origem pais camponeses. Iniciou os estudos de filosofia em Grenoble e prosseguiu em Sorbonne, Paris. Lecionou filosofia em escolas particulares e conheceu pensadores contemporâneos como Jacques Maritain, Gabriel Marcel e Berdjajev. Junto de alguns colegas fundou a revista *Esprit* à qual se dedicou até o fim de sua vida. Casou-se e se mudou para Bruxelas. Foi convocado pelo exército francês e feito prisioneiro pelos alemães na Segunda Guerra Mundial. Ao ser solto foi preso mais duas vezes por ser contra o governo vigente e por acusação de fazer parte de um grupo de rebeldes. Sua vida foi marcada de imenso sofrimento físico e espiritual, os quais sofreu com profunda vivência cristã. Morreu em março de 1950, provavelmente de infarto cardíaco. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: do romantismo até nossos dias**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1991, p. 729-732, v. 3.

² SILVEIRA, Carlos Roberto da. **O humanismo personalista de Emmanuel Mounier e a repercussão no Brasil**. São Paulo: PUC-SP, 2010, p. 99. [Tese de Doutorado].

é característica de pessoa valorizada, ou seja, faz-se presente quando se passa a tomá-la como algo escolhido, quando se deseja assumir seu valor; não só como algo espontâneo, mas em forma de invocação com a intenção de personalizar-se e ao seu redor.³

A característica fundamental da liberdade é a capacidade de optar ou não por algo. Ela não se limita apenas a tomar decisões que afirmem a autonomia individual, mas também envolve a capacidade de aceitação das coisas que ocorrem e não se tem como modificar, de ser permeável às experiências e oportunidades que surgem, e de estar disponível para novas possibilidades. Portanto, a liberdade não é apenas escolher entre opções, mas igualmente sobre estar aberto e receptivo ao que se apresenta, incluindo a aceitação e a adesão a certas situações ou ideias.⁴ Dessa forma, exigindo a ação de se posicionar frente à realidade que se apresenta, a liberdade é algo que a pessoa conquista à medida em que vai se libertando de alienações.⁵

O próprio “sentido da liberdade começa com o sentido da liberdade dos outros”⁶. Por isso, da mesma forma como alguém que deseja se tornar livre, só o realiza quando busca comunicação. A liberdade pessoal faz com que a pessoa gere a liberdade em seu entorno por meio da comunicação de si. Esse movimento de sístole e diástole é o que produz o real sentido da liberdade.

A consciência, por outro lado, é um termo extremamente abrangente, podendo ser entendida no seu sentido estritamente moral, ou como a consciência de si mesmo, por exemplo. Diz-se alguém cômico aquele que consegue analisar e relacionar a ideia de si com a ideia de outrem, de outras coisas e de valores. Ou seja, alguém que possui consciência, no sentido mais amplo, é alguém que entende como se relacionar consigo mesmo e com o mundo.

Emmanuel Mounier diz que a existência pessoal “é uma pulsação, um ritmo harmonioso nas raias da sua complementariedade, jamais um esquema fixo e rígido. Apenas um movimento marcado por uma pulsação de sístole e diástole”⁷. Ou seja, ao mesmo tempo que se volta para fora, para o outro, o ser humano há de se voltar para si também.

Esse ato de recolhimento é, em primeira instância, a maneira de fugir de um estéril ativismo. Trata-se de assegurar que a pessoa, em total consciência daquilo que fará, possa concretizá-lo bem, doando-se plenamente. “Os nossos atos livres não devem limitar-se a uma

³ ROCHA, Antonio Glauton Varela. **As noções de pessoa e vida pessoal em Emmanuel Mounier**: fundamentos de sua proposta de sociabilidade e de sua crítica ao processo de despersonalização. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011, p. 69. [Dissertação de Mestrado].

⁴ MOUNIER, Emmanuel. **O personalismo**. São Paulo: Centauro, 2004, p. 84.

⁵ DIAS, Gilmar Lopes. **Emmanuel Mounier e a Filosofia Personalista no Brasil**. p. 4. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/824/406>. Acesso em: 13/02/2024.

⁶ MOUNIER, 2004, p. 78-79.

⁷ SEVERINO, Antonio Joaquim. **Pessoa e existência**: iniciação ao personalismo de Emmanuel Mounier. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1983, p. 73.

intenção qualquer; é preciso que tenhamos uma intenção reta. E é a nossa consciência que nos ensina a escolher”⁸.

A noção de liberdade e de consciência são essenciais para o processo de conversão e de reconciliação, visto que não há a segunda sem a primeira. Somente pode haver conversão quando se reconhece que se está fora do curso justo e se converte à meta correta. Só pode haver esse reconhecimento se há consciência; e a pessoa apenas pode convergir para onde deseja se é livre para fazê-lo.

1.1.2 Aspectos psicológicos

O perdão é tão fulcral para o ser humano, que Donald Winnicott⁹ desenvolve seu pensamento psicanalítico a partir do relacionamento da mãe e do filho desde o início do desenvolvimento. Em sua ideia é imprescindível o ato de perdão da mãe, que vê a imaturidade do filho, mas que não pode ser responsabilizado por suas ações nem por sua vida baseadas nos instintos.

Os perdões que podemos conceitualizar a partir da teoria winnicottiana são uma forma de compreensão por parte da mãe da condição emocional de seu filho. Eles permitem com que a maturidade aconteça e possa se desenvolver com certa liberdade, sem a presença de um medo excessivo que poderia paralisá-la. Sem essas duas qualidade[sic] de perdão oferecidos pelo outro, não é possível um desenvolvimento saudável do ser humano[...].¹⁰

No campo da psicologia, o aspecto do perdão não foi muito abordado até meados dos anos 80. A partir de então é que essa temática começou a ser mais intensiva nessa área, não tanto no sentido de reconciliação, mas mais como libertação da situação que causou divisão no indivíduo.

⁸ MERTON, Thomas. **Homem algum é uma ilha**. Verus: Campinas, 2003, p. 41.

⁹ Donald Woods Winnicott foi um pediatra e psicanalista do século XX conhecido por suas contribuições para a compreensão do desenvolvimento infantil. Nascido em 1896 em Plymouth, Inglaterra, Winnicott estudou medicina em Cambridge e mais tarde se tornou pediatra. Desenvolveu interesse em psicanálise desenvolveu suas próprias teorias sobre o desenvolvimento infantil. Ele introduziu o conceito de “holding”, descrevendo o ambiente de apoio que um terapeuta oferece a um cliente. Além disso, popularizou o conceito de “objeto transicional”, como cobertores de segurança ou brinquedos que ajudam as crianças a se sentirem seguras. Winnicott também explorou os conceitos de “verdadeiro e falso self”, argumentando que o jogo é essencial para o desenvolvimento do verdadeiro eu emocional de uma pessoa. Ele acreditava que o terapeuta poderia ajudar os clientes a redescobrir seu verdadeiro ser através do jogo e de outras expressões criativas. Seu trabalho continua a influenciar a psicologia clínica e o cuidado infantil até hoje. KOHON, Gregorio. **The British School of Psychoanalysis: ihe independent tradition**. Califórnia: Free Association Books, 1986, p. 129.

¹⁰ JÁVERA, João Pedro. **As experiências de perdão necessárias para a constituição humana**: um diálogo entre a psicanálise winnicottiana e a teologia cristã. Protestantismo em Revista, v. 40. São Leopoldo: Protestantismo em Revista, p. 78.

É importante ressaltar que o tema do perdão não começou a ser tratado na modernidade como um remédio para uma sociedade marcada por um pensamento medieval que assolava as pessoas de uma sociedade demasiadamente religiosa.

A literatura psicológica atual revela que o sentimento de culpa não causava ansiedade somente àqueles que pertenciam às culturas predominantemente religiosas do passado, mas também atormenta os homens que vivem numa civilização secular e secularizada, que muitas vezes se consideram culpados, embora não saibam quais crimes cometeram, ou porque são ruins aquelas situações pelas quais são afligidos. Um psicólogo, que não admite uma norma ética ou moral, considerará o estado emocional depressivo e a autolesão de quem se acusa culpado, uma doença, que deve ser curada; mas apesar dessa interpretação, ele admite que exista a vontade espontânea de se liberar do tormento da culpa.¹¹

Etimologicamente, o termo mágoa, do latim *macula*, indica algo realizado cuja mancha permanece; o termo rancor, do latim *rancidus* que significa ranço, indica algo malconservado, mal integrado; e o termo ressentimento, por sua vez formado pelo verbo *sentir* somado ao prefixo *re*, tem o sentido de algo que retorna, que é sentido uma vez mais. Na análise dos três termos se nota a presença da memória: a mancha remonta ao estado em que ela ainda não existia; o rancor remonta ao estado do alimento em que ele possuía bom odor e boa aparência; e o ressentimento, que acaba sendo o mais complexo e completo, envolve trazer à memória a complexidade de sentimentos que podem ter sido vivenciados na pluralidade dos sentidos humanos.¹²

Segundo Paul Gilbert¹³, o termo perdoar é de origem medieval. Significa uma doação de maneira plena. O *per* é um prefixo que indica a ação perfeitamente completada. Já o radical

¹¹ “La letteratura psicologica attuale rivela che il sentimento della colpevolezza non agnosia solo gli appartenenti alle culture prevalentemente religiose del passato, ma anche tormenta uomini viventi in una civiltà laica e secolarizzata, che spesso si ritengono colpevoli, pur non sapendo, quali delitti abbiano commesso, o perché siano cattive quelle azioni per cui si affliggono. Uno psicologo, che non ammette norme etiche o morali, considererà lo stato depressivo emozionale e l'autolesionismo di chi si accusa di colpe, una malattia, che deve essere guarita; ma non ostante questa interpretazione, eli ammette il fenomeno Ehi della tendenza spontanea di liberarsi dal tormento della colpevolezza.” ALSZEGHY, Zoltán; FLICK, Maurizio. **Il sacramento della riconciliazione**. Turim: Marietti, 1976, p. 11. [tradução nossa].

¹² SILVA, Luis Henrique Eloy e. **O perdão como separação do ato**: Hermenêutica e ressignificação do construto em Mt 18,21-22 e no discurso psicanalítico. Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral, vol. 9, n. 1, Curitiba: PUCPR, 2017, p. 358.

¹³ Paul Raymond Gilbert é um psicólogo clínico britânico conhecido por ser fundador da terapia centrada na compaixão, do treinamento da mente compassiva. Foi chefe da Unidade de Pesquisa em Saúde Mental da Derbyshire Healthcare. Nascido na Gâmbia, obteve um mestrado em Psicologia Experimental na Universidade de Sussex em 1975, seguido por um doutorado em Psicologia Clínica na Universidade de Edimburgo em 1980. É membro da British Psychological Society e foi presidente da British Association for Cognitive and Behavioural Psychotherapy. Ele também contribuiu para as diretrizes do National Institute for Health Care Excellence (NICE) para depressão. Em reconhecimento por suas contribuições para a saúde mental, Gilbert foi agraciado com a Ordem do Império Britânico em 2011. PAUL Gilbert. Cambridge University Press, 02 jan.

doar tem a ver com deixar algo. Esses elementos levam à compreensão de que o perdão é uma renúncia total a alguma coisa que ao indivíduo, em primeira instância, seria devido.¹⁴

A psicanálise é uma abordagem da psicologia terapêutica que se baseia em escuta ativa e específica do discurso de alguém que busca a terapia para superar um sofrimento psíquico¹⁵ e, portanto, deixá-lo no passado. Conseguir superar um sofrimento com a psicoterapia, conseguindo realmente alcançar o perdão pressupõe que se compreenda o ato em si que causou o sofrimento e a marca que deixou na história, conjuntamente com as consequências. Segundo Julia Kristeva, psicanalista búlgara, o perdão surge no processo psicoterapêutico. Ele se dá pelo trabalho que se faz em cima da interpretação do ato. Isso acontece de tal modo que quem perdoa renasce, passa a compreender de maneira diversa a si mesmo e seu caminhar.¹⁶

Até mesmo Hanna Arendt trata do tema do perdão em um sentido mais psicológico. Apesar de recorrer às Sagradas Escrituras, ela diz que o perdão deve estar mais para um sentido de libertação e despedida. Desse modo, ela propõe a compreensão do perdão como uma “desobrigação do ato” entendendo que o perdão consiste no “desobrigar”, ou seja, por um lado libertar o outro de ser reduzido ao ato ruim que praticou e, por outro lado, libertar-se de ser o sujeito que é vítima ou um mero escravo do ato que abriu a ferida.¹⁷

1.1.3 Situação vital e sacramento da reconciliação

Segundo a Antropologia Cultural, em comunidades antigas, havia ritos de expiação que eram praticados para remediar “conflitos” com as divindades. Esses “conflitos” eram causados por ações que eram consideradas como violação de leis que os deuses impunham. De maneira geral, esses ritos se realizavam em resposta às calamidades naturais ou às catástrofes que eram associadas à ruptura entre a divindade e o povo. A presença das adversidades, nessas culturas, geralmente indicava a necessidade de eliminar o mal, seja com água, fogo ou até mesmo sangue. Ali também surgiu a prática da confissão como ato que permitia que o indivíduo se desvencilhasse daquilo que causava o mal.¹⁸

2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/the-psychiatrist/article/paul-gilbert/3E0AD85DEF469D00EF16F7EA23C410D1>. Acesso em: 25/06/2024.

¹⁴ GILBERT, P. **Violence et compassion**. Essai sur l’authenticité d’être. Paris: Éditions du Cerf, 2009, p. 280.

¹⁵ CUVILLIER, E. **Bible et Psychanalyse**. Quelques éléments de réflexion. Études Théologiques et Religieuses, n. 2, 2007, p. 161.

¹⁶ KRISTEVA, J. **La haine et le pardon**: pouvoirs et limites de la psychanalyse III. Paris: Fayard, 2005, p. 281.

¹⁷ ARENDT, H. **A condição humana**. São Paulo: Forense Universitária, 1993, p. 152.

¹⁸ AROCENA, Félix María. **El sacramento de la penitencia, realidad antropológica y cultural**, Scripta Theologica, 41(3), 2009, p. 748. Disponível em: <https://revistas.unav.edu/index.php/scripta-theologica/article/view/13277>. Acesso em: 07/03/2024.

Na Grécia Clássica, a experiência da conversão estava vinculada sobretudo às obras de Ésquilo. Elas eram caracterizadas por ter a finalidade de fazer a pessoa aprender através do sofrimento. Na tragédia grega, o ator, ao se transformar em outra pessoa, fazia o público abstrair as próprias situações da vida e olhá-las como um espectador, podendo, a partir disso, refletir sobre si mesmo. Assim, confrontadas com a própria realidade refletida no espetáculo que assistiam, as pessoas se comoviam e experimentavam uma purificação de si, por meio dessa catarse.¹⁹

Num sentido geral, a conversão implica movimento e transformação daquilo que caracteriza a realidade de uma pessoa. Se refere às mudanças de pensamentos, ações, compromissos e demais elementos que formam o conjunto do universo pessoal. Na sua dimensão religiosa, a conversão é plena, uma vez que é um processo dinâmico que envolve a pessoa em todas as suas dimensões e circunstâncias circundantes da pessoa.²⁰

Na verdade, o ser humano sempre se encontra em um estado imperfeito e deseja progredir para a perfeição. Conforme diz Kasper,

O ser humano, na perspectiva de finito e infinito, a sua finitude é sinal da infinitude e a sua infinitude é sinal que leva a finitude mais além dela mesma. Deste modo, por esta situação tão específica, o homem é livre por estar remetido ao infinito, ao absolutamente verdadeiro e bom. A grandeza do homem está em poder reconhecer a sua miséria.²¹

Por ser incompleto e em busca da completude o ser humano faz a experiência da *não-totalidade*. Deparando-se com a contraposição entre seu eu ideal e seu eu, não consegue se reconhecer totalmente em si mesmo. A experiência da *não-inocência* deriva da *não-totalidade*, pois o ser humano experimenta que por meio de sua ação é livre e responsável, ou seja, é o ator de suas ações morais e sempre está em débito para com o ideal, por isso acaba colaborando com o mau de alguma forma.²²

A experiência da *dependência* surge dessas outras duas anteriormente citadas, pois o ser humano que faz essas experiências o faz sempre condicionado e limitado pelo entorno. O

¹⁹ AROCENA, 2009, p. 748-749.

²⁰ AROCENA, 2009, p. 749-450.

²¹ “Finito e infinito, su finitud es signo de la infinitud y su infinitud es signo que lleva a la finitud más allá de ella misma. Por esta situación tan específica, el hombre es libre por estar remitido a lo infinito, a lo absolutamente verdadero y bueno. La grandeza del hombre está en poder reconocer su miséria”. KASPER, Walter. Aspectos antropológicos de la penitencia. In revista **Selecciones de teología**. 1985. [tradução nossa]. Disponível em: <https://seleccionesdeteologia.net/buscador/?query=aspectos+antropológicos+de+la+penitencia>. Acesso em: 04/04/2024.

²² BOROBIO, Dionisio. **Celebrar para viver**: Liturgia e sacramentos na vida da Igreja. São Paulo: Loyola, 2009, p. 296.

ser humano ainda faz a experiência da *divisão* que pode ser motivada por fatores econômicos, sociais e culturais que fazem surgir aparentes inimigos dentro do próprio gênero humano. Faz experiência, enfim, da *injustiça*, motivada por inúmeras situações e que gera outras tantas experiências que fazem o ser humano acreditar-se irreconciliável.²³

Para se realizar o movimento de perdão e reconciliação o ser humano deve fazer alguma dessas experiências, como um ponto de partida trágico do qual a reconciliação se dará. Dessa experiência de ausência é que o ser humano se move em direção à mudança, à conversão com vistas à reconciliação.

Chega-se à verdadeira reconciliação, que supõe a convergência de vontades na busca das soluções e o desejo de paz no interior dos corações, somente depois de um penoso percurso que não pode ser realizado sem mudanças e transformações interiores.²⁴

Todo pecado é uma experiência que não leva o ser humano à completude. Mas nem toda experiência que o ser humano faz de incompletude é pecado: pode ser apenas o reconhecimento de uma consequência do pecado.

As grandes tradições religiosas e espirituais do perdão a que se aludiu – a tradição judaica ou cristã – por exemplo, não subtraem nunca o perdão do horizonte da reconciliação, da esperança da redenção e da salvação, por meio da confissão, do remorso ou do arrependimento, do sacrifício e da expiação.²⁵

No cristianismo católico encontramos o sacramento da reconciliação como uma resposta integral para esse problema.

Todos os sacramentos partem da realidade do ser humano, de sua condição corpóreo-espiritual, e visam a revelar, através dos sentidos humanos, algo que está mais além dos sentidos. O sacramento da reconciliação aprofunda suas raízes, como nenhum outro, na condição humana e, concretamente, nesse profundo complexo e misterioso do ser humano que o leva a defrontar-se com os outros, consigo mesmo e com as realidade[sic] e coisas que os rodeiam, ao mesmo tempo que se sente necessitado de paz e de reconciliação.²⁶

²³ BOROBIÓ, 2009, p.296.

²⁴ FLÓREZ, Gonzalo. **Penitência e unção dos enfermos**, São Paulo: Paulinas, 2007, p. 35.

²⁵ MIGLIORI, Maria Luci Buff, **Horizontes do perdão**. São Paulo: PUC-SP, 2007. [Tese de Doutorado]. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/11758/1/Maria%20Luci%20Buff%20Migliori.pdf>. Acesso em 25/01/2024.

²⁶ FLÓREZ, 2007, p. 33.

Tendo fundamentado antropologicamente o sacramento, faz-se mister observar como essa antropologia da conversão e da reconciliação se deu à luz das Sagradas Escrituras, pois a vivência cristã, por ela mesma, é um desdobramento da compreensão da Bíblia na vida da Igreja ao longo dos séculos.

1.2 A CONVERSÃO E A RECONCILIAÇÃO À LUZ DA SAGRADA ESCRITURA

Os temas da conversão e da reconciliação são abordados nas Sagradas Escrituras porque narram a história dramática do povo com o seu Deus.

[...] a conversão dos pecadores, o perdão dos pecados e a reconciliação com Deus e entre os homens é a estrada escolhida por Ele para eliminar o mal no mundo e conduzir a história à sua plenitude. A reconciliação não é outro argumento na Bíblia; é o coração da revelação cristã, o núcleo das Sagradas Escrituras.²⁷

É importante ainda ressaltar que, para o estudo que se apresenta, o pressuposto é do contexto cristão católico, ou seja, pressupõe-se a fé em Cristo e na Igreja por ele fundada.

1.2.1 Antigo Testamento

No Antigo Testamento, encontram-se ritos de perdão como a própria confissão dos pecados e outros gestos penitenciais. Além disso, mostra que os profetas já apontavam para uma abertura divina para a reconciliação com a humanidade ferida pelo pecado.

É imprescindível para o estudo, entender a complexidade do drama da reconciliação do ser humano com Deus por conta do pecado. Por causa do pecado de Adão e Eva, o ser humano entrou em dívida com Deus, já que perverteu a obra da criação. Nas Sagradas Escrituras o pecado é entendido como aquilo que contraria a vontade de Deus e, por conseguinte, não deve ser feito. Graças a essa desobediência dos primeiros pais da humanidade, na compreensão do escritor bíblico, o pecado

está protagonizado no Antigo Testamento pelo espírito ou poder do mal, que, se não escapa à soberania de Deus, exerce sua influência sobre os seres humanos e pode afastá-los dos projetos divinos da salvação. A desobediência de Adão e Eva à ordem divina é o paradigma de um comportamento que afasta o ser humano do paraíso em que Deus o havia colocado. Os males humanos,

²⁷ KAMINOUCI, Alberto de Mingo. Ritos de perdão na Bíblia. In: AMARANTE, Alfonso Vincenzo; SACCO, Filomena. **Reconciliação Sacramental: moral e prática pastoral**. São Paulo: Santuário, 2020, p. 27.

tanto físicos como morais, costumam ser explicados em relação com o pecado, tanto em se tratando de desobediência cometida pelos primeiros pais, como de faltas imutáveis aos ascendentes ou de faltas pessoais.²⁸

Este é o drama apresentado pelo escritor sagrado logo nas primeiras páginas: a criação, o pecado e as consequências do pecado (aparentemente definitivos). A partir de então começa a história do povo, que carrega as consequências da escolha de Adão e Eva.

O povo se multiplica e, no desenrolar da história, vai firmando alianças com Deus. Ainda assim, continua experimentando a realidade da infidelidade nos compromissos firmados. Deus, observando a infidelidade e os sofrimentos do povo, dá novas chances de reatar a aliança, pois

A fidelidade de Javé à aliança e a sua compaixão pela miséria do povo são o fundamento da fé na misericórdia de Deus. Tal misericórdia se estende a todos os homens. Ela se manifesta também nos castigos que servem para advertir o povo e o pecador, e reconduzi-los assim à conversão e à reconciliação.²⁹

É de Deus, portanto, que surge o movimento da conversão. Em primeira e última instância, ela é um chamado de volta, de retorno, pelo qual Deus manifesta ao ser humano que quer viver em comunhão e paz com ele.³⁰ É comparada, então, a relação entre Deus e o povo com a de um marido e sua esposa e, nessa imagem, o esposo sempre perdona as infidelidades e quer reatar com a amada, apesar das adversidades.

Contudo lembrar-me-ei da aliança que fiz contigo na tua Juventude e estabelecerei contigo uma aliança eterna. E tu te lembrarás do teu comportamento e ficarás envergonhada, ao receberes tuas irmãs mais velhas, juntamente com as mais jovens, ao dá-las a ti como filhas, embora não seja obrigado a isso em virtude da minha aliança contigo. Desta maneira, serei eu que restabelecerei a minha aliança contigo saberá que eu sou Iahweh[...].³¹

Baseados nessa realidade (um Deus que chama à conversão e está disposto a perdoar), os seres humanos, então, buscam os meios para conseguir o perdão do Deus que reconhecem como misericordioso, conforme diz o salmista: “Tu és bom e perdoas, Senhor, és cheio de amor com todos os que te invocam”.³² Os meios descritos no Antigo Testamento são diversos: reconhecimento e confissão dos pecados; oferta de sacrifícios; práticas penitenciais como

²⁸ FLÓREZ, 2007, p. 44.

²⁹ RAMOS-REGIDOR, José. **Teologia do sacramento da penitência**. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 119.

³⁰ FLÓREZ, 2007, p. 42

³¹ Ez 16,60-62. BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002. [Todas as citações bíblicas serão retiradas dessa versão].

³² Sl 86(85),5.

jejum e sinais externos de dor e compulsão; obras de caridade ou piedade, como o estudo da Torá; e o suportar os sofrimentos sem murmurar.³³

Entre os sacrifícios rituais de expiação, encontra-se, por excelência, a festa do Grande Dia da Expição, Yom Kippur³⁴. Nesse dia são realizados dois ritos:

O primeiro dos ritos emprega dois cabritos. Um servirá como sacrifício expiatório, ao outro serão simbolicamente transferidos os pecados do povo e será enviado ao deserto, o espaço dos espíritos impuros. O segundo dos ritos é aquele de expiar os pecados do sumo sacerdote e de sua família [...].³⁵

Para finalizar o rito, ainda era oferecido incenso e o bode destinado ao sacrifício tinha seu sangue recolhido e aspergido sobre o propiciatório.

Como reconhecimento e confissão dos pecados, encontramos os salmos que expressam esse reconhecimento das faltas de maneira mais visceral e sincera.³⁶ Há, porém, outras ocasiões em que há a confissão para obtenção do perdão, como a de Davi que reconhece e confessa seu pecado, movido pela profecia de Natã e que, apesar da punição, não perdeu a vida pelo assassinato de Urias e o adultério com Betsabeia.³⁷

Há os muitos jejuns que se praticam com outras práticas penitenciais externas no Antigo Testamento. O exemplo mais proeminente para o nosso estudo é o dos ninivitas que acolhem a mensagem de Jonas e se convertem fazendo jejum, desde os mais pobres aos mais ricos, vestindo roupas de saco e, até mesmo o rei, sentando-se sobre cinza.³⁸

Mas a forma mais chamativa e importante de celebrar a penitência no Antigo Testamento,

[...]Era a “excomunhão”: quando se tratava de um pecado muito grave, sobretudo no judaísmo extrabíblico, os chefes ou sacerdotes intervinham pronunciando a sentença de excomunhão e impondo os castigos ou condições para a posterior reintegração na comunidade. Parece que a “excomunhão” veio a se configurar como a forma oficial mais significativa para a penitência dos pecados graves. Esta é a práxis com a qual se encontrou Jesus.³⁹

³³ FLÓREZ, 2007, p. 47.

³⁴ Lv 16.

³⁵ KAMINOUCI, 2020, p. 29.

³⁶ Destacam-se os seguintes salmos: Sl 6; 32(31); 38(37); 51(50); 102(101); 130(129); e 143(142).

³⁷ 2 Sm 12,13-14.

³⁸ Jn 3,5-6. Gritar forte, gemer amargamente, rasgar as vestes, vestir-se de saco, espalhar cinzas sobre a testa, sentar-se sobre cinzas... São gestos que exprimem dor pelo pecado cometido (Jn 37,34; Ez 27,30; Jó 2,8). O penitente se humilha diante de Deus e implora sua misericórdia desse modo. KAMINOUCI, Alberto de Mingo, 2020, p. 29.

³⁹ BOROBIO, 2009, p. 314

Desse modo, todas as coisas que manifestam arrependimento externo, incluindo as liturgias penitenciais,

[...] encontraram-se, durante o Judaísmo, como condicionadas, em relação ao seu valor religioso, do conceito e da qualidade de “conversão”, no sentido de que tiveram seus significados religiosos apenas se vierem da crença de que o homem tem, existencialmente, uma necessidade absoluta de Deus, ou servirem como uma ajuda para levá-lo a tal convicção. Em outras palavras, elas só tinham valor religioso se contivessem em si mesmos até mesmo um conceito de conversão.⁴⁰

Por mais que já seja bem presente a temática da reconciliação e do perdão no Antigo Testamento, o Novo tem contributos que manifestam novos paradigmas para compreendê-los.

1.2.2 Novo Testamento

Deus continua chamando o ser humano à conversão no Novo Testamento, mas dessa vez de uma maneira nova. O primeiro personagem a pregar a conversão é João Batista. Seu método de pregar a necessidade da conversão era o batismo, aliado à penitência e ao jejum. Ele profetizava a vinda do Cordeiro de Deus e pregava que as pessoas deveriam se arrepender de seus pecados.⁴¹

João batiza pela remissão dos pecados, mas sua pregação traz à tona mais uma ideia de mudança de vida do que propriamente de satisfazer, por meio de atos, um pecado cometido. Nos relatos de Mateus e Marcos, depois do batismo de Jesus, evidencia-se que o chamado à conversão estava ligado ao crer no Evangelho, na Boa Nova, que é o próprio Jesus.⁴²

Jesus por si só é a máxima demonstração do amor misericordioso de Deus e isso ele demonstra em seus ensinamentos e nas suas ações para com os pecadores. À mínima demonstração de arrependimento Jesus já concedia o perdão, como à mulher samaritana⁴³ e a Pedro⁴⁴. Quem não se arrepende é tratado com bondade, respeitando a sua liberdade, como

⁴⁰ “[...] se trouvèrent, durant le judaïsme, comme dimensionnées, relativement à leur valeur religieuse, du concept et de la réalité de la «conversion», dans le sens que les unes et les autres avaient leur signification religieuse seulement si elles provenaient de la conviction que l’homme a, existentiellement, un besoin absolu de Dieu, ou bien servaient comme aide pour le conduire à une telle conviction. Dans d’autres paroles, elles avaient leur valeur religieuse seulement si elles contenaient en soimême un concept de conversion”. CHAHWAN, Ayoub. **Les liturgies pénitentielles dans l’ancien testament**: conversion et pratiques. [tradução nossa]. Disponível em: <http://www.albiblia.com/files/pdf/b128d0ef720f43339a48b56f8d2e8e33.pdf>. Acesso em 22/02/2024.

⁴¹ Mt 3; Mc 1,1-8; Lc 3,1-18; Jo 1,19-34.

⁴² FLÓREZ, 2007, p. 57.

⁴³ Jo 4,6-42.

⁴⁴ Lc 22,54-62.

aconteceu com Judas⁴⁵ e a mulher adúltera⁴⁶. Apesar disso, todos são chamados a reconhecer o pecado, acompanhado da dor que ele causa, mas animado pelo amor e pela esperança do perdão, como mostra o exemplo da pecadora⁴⁷ e de Pedro.

Esse arrependimento pode manifestar-se de diferentes maneiras, tanto através do reconhecimento e da confissão de si como pecador, como no caso do filho pródigo⁴⁸ e do ladrão arrependido⁴⁹, como através de ações, como mostrado na vida da mulher samaritana e de Pedro. Normalmente, esse processo leva a uma transformação de vida e ao desejo de corrigir as injustiças cometidas, como foi o caso de Zaqueu⁵⁰. No entanto, o arrependimento que causa remorso, desprovido de amor e esperança de perdão, leva ao desespero, como mostra o exemplo de Judas.⁵¹

O batismo é o primeiro sinal legado por Jesus aos apóstolos como maneira de perdoar os pecados. Em princípio, o batismo é apresentado como a consequência de se fazer discípulos de Cristo,⁵² mas Paulo explicita que,

Assim como Cristo foi batizado no Jordão, isto é, foi imerso (*baptizo*) e envolto em suas águas (Mc 1,9), do mesmo modo o cristão é imerso e envolto em Cristo que se torna para ele um novo espaço de vida. O batismo marca então, a passagem do reino do pecado para o Reino da vida nova que é Cristo.⁵³

Além disso, Jesus concede o poder de perdoar os pecados aos apóstolos, segundo os Evangelhos. Em Mateus, capítulo 18, Jesus concede a eles o poder de ligar e desligar, ou seja, de separar da comunidade os membros que cometessem falta disciplinar ou doutrinal e que poderiam ser readmitidos depois de um caminho de reconciliação. O poder das chaves dado a Pedro, para muitos autores, parece estar ligado a essa realidade: um ato de separar o infrator da comunidade tendo em vista o arrependimento e a volta ao seio da comunhão com Deus e com a Igreja.

Há ainda o poder de perdoar e reter os pecados entregue por Jesus aos apóstolos no Evangelho de João⁵⁴; uma graça que Cristo concede, fruto de sua redenção (analisando o

⁴⁵ Mt 26,21-25; 26,47-50; 27,3-10.

⁴⁶ Jo 8,1-11.

⁴⁷ Lc 7,36-50.

⁴⁸ Lc 15,1-32.

⁴⁹ Lc 23,39-43.

⁵⁰ Lc 19,1-10.

⁵¹ RAMOS-REGIDOR, 1989, p. 126-129.

⁵² Mt 28,19-20.

⁵³ BUSCA, Gianmarco. **A Reconciliação “irmã do batismo”**. Brasília: CNBB, 2019, p. 12-13.

⁵⁴ Jo 20,19-23.

contexto em que o texto está inserido: Morte e Ressurreição, envio do Espírito e fé em Cristo e na Igreja) e que acontece não como uma promessa futura, mas presente.⁵⁵

Tudo o que é explicitado pelos outros autores do Novo Testamento parte desses princípios gerais da reconciliação por meio de Cristo. Os desdobramentos dessas passagens na vida da Igreja foram sendo, aos poucos aprofundados e aperfeiçoados até se chegar às formas de reconciliação reconhecidas pelo atual Magistério da Igreja.

1.3 A CONVERSÃO E A RECONCILIAÇÃO À LUZ DA TRADIÇÃO ECLESIAL

No início do Cristianismo, o que orientava a vida de fé do povo eram os escritos bíblicos aliados ao ensinamento dos apóstolos. Poucas são as fontes que descrevem a vida de reconciliação dos primeiros cristãos. O que prevalece, contudo, é o foco em uma vida santa.⁵⁶

Entre os historiadores não-católicos, defende-se a ideia de que a reconciliação não era um sacramento, mas entre os católicos, o pensamento é justamente a oposto.

Uma das razões pela qual os historiadores não-católicos negam a existência do “sacramento” da penitência na Igreja antiga é a constatação que nos primeiros séculos, até os sécs. VI-VII, não se encontra aquela forma de penitência “privada” ou “individual” que o sacramento assumiu por muitos séculos.⁵⁷

Em contrapartida, o Concílio de Trento declara (falando no contexto do sacramento da Eucaristia, mas estendendo a todos os outros) que

[...] A Igreja teve sempre o poder de, na administração dos sacramentos, salva a substância, estabelecer ou mudar o que julgasse mais conveniente à utilidade de quem recebe [...] segundo a diversidade de situações, tempos e lugares. É o que parece ter insinuado claramente o Apóstolo, dizendo: ‘Assim nos julgue o homem como ministros de Deus e dispensadores do mistério de Deus’.⁵⁸

Desse modo, por mais que a forma do sacramento não fosse a mesma no início da Igreja, o sacramento subsiste de uma maneira ou de outra desde os tempos apostólicos.

Em suma, desde a antiguidade até o Concílio de Trento, teve-se: a penitência antiga nos séculos I-V; a penitência tarifada na Alta Idade Média; a penitência pública para os pecados

⁵⁵ FLÓREZ, 2007, p. 85-100.

⁵⁶ At 2,43-47; 1Pd 1,15.

⁵⁷ RAMOS-REGIDOR, 1989, p. 164.

⁵⁸ DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. São Paulo: Paulinas, 2015, n. 1728.

graves e públicos e a penitência tarifada para os pecados graves ocultos do Período Carolíngio até o século XII; e a partir do século XIII até Trento, o sistema se dividia em três maneiras: a penitência pública solene, a penitência privada sacramental e a peregrinação penitencial.⁵⁹ Nesse último período destacam-se Tomás de Aquino com o desenvolvimento da teologia sacramental de matéria e forma; Boaventura pela importância que dá ao valor da fé e às disposições do sujeito do sacramento, bem como o caráter duplice da reconciliação com Deus e com a Igreja; e Duns Scotus, que afirma a eficácia do sacramento ser decorrente da gratuidade da graça, da parte de Deus, e da contrição, da parte do penitente.⁶⁰

1.3.1 História Antiga

De modo geral, nos séculos II-III do cristianismo era evidente a concepção de que somente o batismo era necessário para perdoar todos os pecados. Porém, quanto mais a comunidade de cristãos ia aumentando tanto mais ficava evidente a possibilidade de que os que abraçaram a fé poderiam cometer pecados graves que quebrariam a sua comunhão com Cristo e com a Igreja.⁶¹

Data dessa época o Pastor de Hermas⁶², considerado por bom tempo um livro inspirado, e que levantou diretrizes gerais sobre o assunto da conversão. Assim diz o texto:

Para os que foram chamados antes destes dias, o Senhor estabeleceu uma penitência, pois o Senhor conhece os corações. E sabendo tudo de antemão, ele conheceu a fraqueza dos homens e a esperteza do diabo em fazer o mal aos servos de Deus e exercer sua malícia contra eles. Sendo misericordioso, o Senhor teve compaixão de sua criatura e estabeleceu a penitência[...]⁶³

A partir do IV século a Igreja se defrontou com um novo problema: tinha o desejo de resgatar aqueles que se mostravam arrependidos, mas possuía o desejo de manter as

⁵⁹ RAMOS-REGIDOR, 1989, p. 204-221.

⁶⁰ FLÓREZ, 2007, p. 188- 202.

⁶¹ PALMA, Luigi Michele de. **Penitência e perdão na Igreja Antiga e Medieval**. In: AMARANTE; SACCO, 2020, p. 70-71.

⁶² “De elementos esparsos no texto, pode-se compor a figura do autor. Hermas seria cristão, escravo de nascença, vendido em Roma a uma mulher chamada Rode. Libertado por ela, casou-se com uma mulher linguaruda. Comerciante pouco escrupuloso, enriqueceu-se. Mas não era feliz. Seus filhos, além de traidores, eram debochados e blasfemadores. Por castigo, Deus entregou a casa de Hermas à ruína. Fato decisivo em sua vida e ocasião que provocou a matéria do livro, está na *I Visão*. A mulher vinda do céu convida Hermas à penitência. Depois o investirá de uma missão: não somente deve Hermas corrigir sua própria casa mas comunicar esta mensagem celeste aos presbíteros e a todos os cristãos”. FRANGIOTTI, Roque. In: PADRES APOSTÓLICOS. Clemente Romano; Inácio de Antioquia; Policarpo de Esmirna; O pastor de Hermas; Carta de Barnabé; Papias; Didaqué. Trad. Ivo Storniolo e Eulcídes Balancin. São Paulo: Paulus, 1995, p. 291. [Coleção Patrística].

⁶³ PASTOR de Hermas, 1995, p. 197-198.

comunidades cristãs incólumes da corrupção dos seus membros, por isso a pena geralmente era a excomunhão. A excomunhão era única e irrepetível e se dava, de modo geral, em três etapas: a confissão das faltas ao bispo e a conseqüente excomunhão com a imposição da penitência, com posterior rito de público com recepção das vestes penitenciais; no tempo da penitência os penitentes tinham que cumprir as penas impostas, geralmente por anos, sendo acompanhados pelas orações da comunidade; e o término que era celebrado com a acolhida dos penitentes em celebração solene.⁶⁴

Com a adesão ao Cristianismo cada vez mais marcada por questões sociais, a decisão de ingresso à religião ficava inversamente proporcional ao compromisso pessoal com a santidade de vida: mais se tornavam cristãos e menos se tinha o desejo de ser santo, virar cristão era um status social e religioso quase que inato e levado cada vez com menos seriedade.

Por conseqüência, desaparece a disposição de se submeter à penitência canônica. Particularmente, entende-se como exagero seu caráter único, bem como as obrigações penitenciais, que perduram também após a reconciliação: ex-penitentes não podem mais casar depois da reconciliação e no matrimônio têm obrigação de abstinência sexual. São barrados de cargos eclesiásticos. Desde o século V a penitência canônica é praticada cada vez menos como roteiro penitencial em vida, e seu lugar preponderante torna-se – com consentimento expreso da Igreja – o leito do moribundo.⁶⁵

Com a penitência canônica sendo buscada somente em casos de morte, a dinâmica da conversão ficava relegada ao final da vida. Nesse processo não se buscava propriamente uma conversão de conduta, mas uma purificação no momento adequado para que se garantisse a vida eterna sem os ônus que viriam por conta da penitência imposta.

1.3.2 História Medieval

Somente tem-se registro de outra maneira de celebrar a reconciliação no século VI, quando no III Concílio de Toledo se declara que alguns sacerdotes realizavam a celebração da reconciliação de maneira diversa para algumas pessoas e exorta para que se siga a forma canônica, isto é, a penitência irrepetível pós-batismal. Apesar do Concílio ratificar a posição canônica, em meados do século VIII já há indícios que essa nova forma de celebração reconciliação era abertamente aceita.⁶⁶

⁶⁴ NOCKE, Franz-Josef, Doutrina específica dos sacramentos. In :SCHNEIDER, Teodor. **Manual de Dogmática**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 281-282. v. 2.

⁶⁵ FABER, Eva-Maria. **Doutrina católica dos sacramentos**. São Paulo: Loyola, 2008, p. 179-180.

⁶⁶ RAMOS-REGIDOR, 1989, p. 193-194.

Nessa nova forma de celebração não era mais necessariamente um sacerdote o ministro que reconciliava o penitente, mas até um monge o poderia ser. O que evidenciou a sistematização de uma nova maneira de penitência foram os livros penitenciais da Irlanda e da Inglaterra no século VII-VIII. Esses livros continham os pecados mais recorrentes dos penitentes aliados à penitência que deveria ser imposta para tais atos, numa ideia de tarifação dos pecados cometidos. O que estava em jogo nessa época era a ideia de que o pecado produziu um mal no mundo e precisava ser sanado, ou em outras palavras, precisava-se quitar a dívida com Deus e esse perdão poderia ser pedido e recebido sempre, não apenas uma vez.⁶⁷

Isso gerou uma maior participação na prática, pois antes de qualquer coisa a penitência não se prolongava até o fim da vida. A ideia de tarifação ocasionou uma soma das tarifas que deveriam ser pagas e eventualmente as penas ultrapassavam o tempo de uma vida. Por isso a tarifa geralmente era comutada por outra mais severa, porém que se realizava em tempo menor. Ou, movida por uma intenção evangélica de ajudar a carregar os fardos fraternos, poderia ser comutada-resgatada por meio de outra pessoa. Mas também essa prática levantou questões de ordem abusiva em questão de comutações e resgates. Por exemplo, a penitência podia ser comutada-resgatada com dinheiro, ou então podia ser resgatada-comutada mandando rezar uma quantidade determinada de missas. Nessas duas ocasiões o perdão era praticamente comprado e os ricos poderiam obtê-lo com maior facilidade que os pobres.⁶⁸

Surge então uma terceira via entre a penitência canônica e a penitência tarifada: a confissão privada. A partir do século IX os livros litúrgicos passaram a incluir o rito da penitência privada. Como somente os bispos e presbíteros faziam uso do ordo, também a eles ficou relegada a missão de serem os ministros dessa prática penitencial, pois foi a eles que foram legadas as chaves do Reino. A partir do século VIII já se insiste sobre a necessidade de confessar a falta cometida, mas não é uma prática frequente. Até o final do primeiro milênio a penitência eclesiástica foi definhando e era aplicada muito pouco, mais em casos de pecados graves e públicos. Somente no IV Concílio de Latrão em 1215 é imposto o dever de confessar os pecados pelo menos uma vez por ano. Até essa época a prática da confissão não era tão comum.⁶⁹

Dadas as circunstâncias, enfatizando seu valor expiatório, a importância dos atos do penitente concentrava-se na confissão dos pecados. Ao penitente acrescentava-se um sentido adicional que era a humilhação-vergonha

⁶⁷ PALMA, 2020, p.86-87.

⁶⁸ BAÑADOS, Cristian Prescht. **Os sacramentos de cura**. In: ABAD, Carlos; et al. Manual de Liturgia - a celebração do mistério pascal, os sacramentos: signos do mistério. São Paulo: Paulus, 2005, p. 216-217.

⁶⁹ FLÓREZ, 2007, p. 164-169.

que tinha de suportar. Portanto, a concessão do perdão por parte de Deus era em sua maior parte atribuída à confissão.⁷⁰

Além disso, os livros litúrgicos descreviam como maneira de penitência, as peregrinações que tinham valor expiatório de caráter público, embora não solene como a penitência canônica. Geralmente eram aplicadas em casos de pecados públicos não tão escandalosos, sendo repetíveis e promovendo o afastamento temporário do penitente da comunidade local.⁷¹

1.3.3 Do Concílio de Trento até o Vaticano II

Com o desenvolvimento teológico e toda uma realidade político-social se redefinindo por conta do surgimento do protestantismo, a Igreja realiza o Concílio de Trento. O Concílio em questão não só buscou rebater as posições protestantes, mas também desenvolver as bases da fé de maneira mais explícita, para que não se incorressem em novas divisões e se desincentivassem as heresias.

Em Trento, o sacramento da confissão foi definido como obrigatório e necessário, tanto para pecados graves quanto veniais, com a confissão de todos os pecados mortais ao sacerdote considerada um preceito divino. A confissão é feita em segredo ao sacerdote, pois este precisa do conhecimento integral dos pecados para poder absolver, como um juiz e médico espiritual. A absolvição não é apenas uma declaração, mas um ato jurídico no qual o sacerdote pronuncia uma sentença. Além disso, a verdadeira conversão se manifesta na humilde acusação dos pecados e na busca por satisfação, tornando a confissão uma consequência natural do arrependimento genuíno.⁷²

Os efeitos do Concílio de Trento se manifestam em duas obras significativas: o Catecismo Romano, divulgado em 1566 pelo Papa Pio V, e o Ritual Romano, em 1614, pelo Papa Paulo V. O impacto das decisões conciliares é percebido através do trabalho de destacadas figuras eclesiásticas, como São Carlos Borromeu, arcebispo de Milão entre 1564 e 1584, reconhecido por sua legislação, organização e implementação das diretrizes conciliares. São Carlos Borromeu publicou os "Avisos para os confessores" em italiano, sendo atribuída a ele a invenção do confessionário. Entre os séculos XVII e XIX, personalidades como São Francisco de Sales, São Roberto Belarmino e Santo Afonso Maria de Ligório se destacam na prática e na

⁷⁰ ABAD; et al., 2005, p. 218.

⁷¹ PALMA, 2020, p. 95.

⁷² PALUDO, Faustino. **Sacramento da Penitência**. Deus ama e perdoa. São Paulo: Paulus, 1999, p. 38-39.

produção de obras relacionadas à confissão, contribuindo significativamente para sua disseminação e compreensão.⁷³

Com a implementação de todas as mudanças e adaptações surgiu a prescrição de que o rito fosse assim: o sacerdote deveria estar vestindo

[...] o roquete e a estola, ouvia as confissões na igreja dentro do confessionário. Entre o confessor e o penitente devia haver uma pequena grade forrada. Depois do sinal da Cruz, o sacerdote devia perguntar ao penitente por quanto tempo não se confessava e se tinha cumprido a satisfação imposta na confissão anterior. Nesse ponto, o confessor devia acerrar-se se o penitente conhecia os *rudimenta fidei* e, no caso em que fossem ignorados, devia instruí-lo. A confissão do penitente devia respeitar as indicações conciliares com respeito a todos os singulares pecados, elencando-os pelo número, pela espécie e pelas circunstâncias. Se o penitente não enumerasse esses dados, o confessor devia interrogá-lo com muita prudência. No final da confissão, o sacerdote devia avaliar se podia absolver o penitente e, então, impunha-lhe a devida satisfação (penitência).⁷⁴

A discussão teológica acerca do sacramento, entretanto, não era tão definida quanto o rito. Diversas dimensões do rito se discutiam e os pensamentos divergiam sobretudo sobre o assunto da contrição e da atrição. Surgiram então o contricionismo rígido, o contricionismo mitigado e o atricionismo puro. O primeiro sustentava que para receber a graça que o sacramento concedia era necessária ao menos a contrição imperfeita, ou seja, ao menos deve ser mesmo que imperfeitamente fundada no desejo de não ofender a Deus por amor a ele. O segundo sustentava que se requeria do penitente ao menos o amor de benevolência, um amor não tão profundo quanto o da amizade, muito menos quanto o da caridade. O terceiro sustentava que a atrição (ou seja, o arrependimento por medo de ir para o inferno) era suficiente para receber a graça sacramental.⁷⁵

Apesar de tanto ter sido tratado acerca do IV sacramento, com a Reforma Protestante e o advento da Idade Moderna se instaurou nesse sacramento uma crise que perdura até os dias atuais. Segundo Flórez, as principais causas da crise instaurada estão nas falhas da prática da confissão e no fenômeno da secularização. Com a concepção antropocêntrica tomando conta da percepção de mundo da maior parte do povo (em detrimento da concepção teocêntrica

⁷³ LEITÃO, Luís Manuel Novais. **O sacramento da Reconciliação e a consciência de pecado**. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2013, p. 85-86. [Dissertação de Mestrado].

⁷⁴ AMARANTE, Alfonso Vicenzo. **Desenvolvimentos Históricos do sacramento da Reconciliação**: do Concílio de Trento ao Concílio Vaticano II. In: AMARANTE; SACCO, 2020, p. 113.

⁷⁵ RAMOS-REGIDOR, 1989, p. 269.

medieval), o ser humano agora, mais do que plasmar o sentido de plenitude cristão, tende a demonstrar suas capacidades pelo domínio das ciências e do conhecimento racionalista.⁷⁶

O atricionismo que considera o amor a Deus como não-necessário para o sacramento foi condenado. Do mesmo modo foram condenados os erros jansenistas e do Sínodo de Pistóia, bem como da ideia de que o sacramento teria origem eclesiástica e não divina, além disso falou-se sobre a utilidade da confissão para pecados veniais.⁷⁷ Mas apesar de toda a reflexão da importância e da utilidade do sacramento da reconciliação, a ideia de pecado ficou distorcida e isso gerou consequências práticas para o sacramento que, mesmo com a reforma ritual do Concílio Vaticano II, se tenta combater até hoje.

⁷⁶ FLÓREZ, 2007, p. 257.

⁷⁷ RAMOS- REGIDOR, 1989, p. 233-278.

2 PECADO E SALVAÇÃO, CRISE E SACRAMENTO

Depois de breve explanação histórica do sacramento da reconciliação, vale entender como pecado e salvação se relacionam no contexto da crise humana e do sacramento.

2.1 PECADO E CURA

O sacramento da reconciliação, dentro do conjunto dos sacramentos, faz parte dos sacramentos de cura, juntamente com a unção dos enfermos. Por isso, para uma compreensão mais clara do que é o sacramento da reconciliação, faz-se mister compreender a realidade do pecado, uma vez que o sacramento está para o pecado como a cura está para a doença.

2.1.1 O que é o pecado

Segundo o Catecismo da Igreja Católica, o pecado é

[...] uma falta contra a razão, a verdade, a reta consciência. É uma falha contra o verdadeiro amor para com Deus e para com o próximo, por causa dum apego perverso a certos bens. Fere a natureza do homem e atenta contra a solidariedade humana. Foi definido como ‘uma palavra, um ato, ou um desejo, contrários à Lei eterna’. O pecado é uma ofensa a Deus[...] O pecado é contrário ao amor que Deus nos tem e afasta d’Ele os nossos corações. É, como o primeiro pecado, uma desobediência, uma revolta contra Deus, pela vontade de os homens se tornarem “como deuses”, conhecendo e determinando o que é bem e o que é mal (Gn 3, 5). Assim, o pecado é “o amor de si próprio levado até ao desprezo de Deus”. Por esta exaltação orgulhosa de si mesmo, o pecado é diametralmente oposto à obediência de Jesus, que realizou a salvação.⁷⁸

O pecado é uma falta contra uma consciência bem formada, a saber: reta, certa e verdadeira.⁷⁹ O pecado é uma falta contra a razão no sentido de certeza do ato moral, porque vai contra a própria racionalidade, afinal “o mal do homem é ir contra a razão, como diz Dionísio”⁸⁰, e o ser humano só age bem quando o faz ponderando e valorando suas ações conforme a verdade. O pecado é uma falta contra a verdade, porque se baseia em meias-verdades, muitas vezes envolvendo engano ou autoengano. Uma pessoa pode enganar a si mesma ou aos outros sobre a natureza de suas ações, justificando comportamentos que são

⁷⁸ CATECISMO da Igreja Católica, n. 1849-1850. (CEC). Disponível em: https://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html. Acesso em: 19/10/2023.

⁷⁹ REGINI, Massimo. **Vivere in Cristo**. Una teologia morale fondamentale. Bologna: Centro Editoriale Dehoniano, 2018, p. 213.

⁸⁰ AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. São Paulo: Fonte Editorial, 2020, q. 71, a.6, v. 2.

moralmente questionáveis, pois distorce a realidade e a verdade moral. O pecado é uma falta contra a reta consciência, contra uma consciência que seja diligente na busca e na promoção do bem, sendo direta em sua sinceridade para com ele. Uma consciência retamente formada é fruto de uma busca constante pelo bem.⁸¹ A opção pelo pecado é uma negligência em relação ao bem. A deformação da consciência reta pode acarretar a violação contínua da própria consciência e, conseqüentemente, a cegueira moral e o hábito do pecado.

O pecado é uma falha contra o verdadeiro amor para com Deus e para com o próximo, por causa dum apego perverso a certos bens. Afinal, se Deus é infinitamente bom e fez o ser humano, também o designou para um fim bom por um meio bom. O amor àquilo que Deus quer é, em última instância, o meio e o fim da ação humana. Assim sendo, o pecado é uma escolha baseada em um apego a certos bens que não são o amor de Deus e ao próximo indicados pelo Deus feito homem “Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Esse é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a esse: Amarás o teu próximo como a ti mesmo”⁸² e, por isso mesmo, uma falha contra o próprio Amor. Como diz Massimo Regini, “[...] o pecado se manifesta como o a recusa de acolher o amor de Deus, como fechamento do homem à sua amizade e negação de sua dependência criatural”.⁸³

O pecado atenta tanto contra a natureza humana que é possível dizer que é desumanização, “é a desconfiguração do humano, porque fere o primeiro princípio das relações entre semelhantes: é a negação da justiça”.⁸⁴ A pessoa acaba sendo desumanizada pela alienação a que o pecado leva. “Quem é alienado não se sente em casa, perde a consciência de sua dignidade; por isso mesmo, vai se desagregando, num processo contínuo de desumanização”.⁸⁵

O pecado de Adão e Eva, o pecado original, foi herdado por todas as pessoas humanas, com exceção de Maria (pré-redimida já em sua concepção em vistas ao Deus-Homem que viria a ser gerado em seu ventre). Ele se dá no âmbito entitativo do ser humano, está entranhado na natureza humana. Essa realidade, diferente do que foi descrito a respeito do pecado até agora, não depende da ação própria da pessoa, mas é transmitido ao ser humano. Por meio desse pecado original, o ser humano fica privado da graça de Deus e, assim sendo,

⁸¹ REGINI, 2018, p. 213.

⁸² Mt 22,37-39.

⁸³ “[...] il peccato si manifesta come il rifiuto di accogliere l’amore di Dio, come chiusura dell’uomo alla sua amicizia e negazione della sua dipendenza creaturale”. REGINI, 2018, p. 296-297. [tradução nossa].

⁸⁴ MAZZAROLO, Isidoro. **O que é o pecado?** São Paulo: Paulus, 2019, p. 15.

⁸⁵ MOSER, Antônio. **Teologia Moral**. Questões vitais. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 147-148.

Simplesmente não é capaz de optar por Deus amando-o acima de todas as coisas. Compreende-se facilmente o porquê: optar por Deus compromete de maneira radical e total a própria existência. Trata-se de uma opção existencial que leva consigo a vivência de atitudes dialógicas a unificar a própria vida. [...] Na ambiguidade da existência penetrada de tantos sofrimentos e contradições, o ser humano, sem a graça e a revelação de Deus mediante Jesus Cristo, como poderia descobrir o Deus-Ágape e se comprometer vitalmente com Ele?⁸⁶

Na discussão sobre o pecado original, o pecado atual é diferente, mas acaba acontecendo pelas mesmas razões que o primeiro pecado, uma desobediência, uma revolta contra Deus, pela vontade de os homens se tornarem como Deus⁸⁷, conhecendo e determinando o que é bem e o que é mal. Assim, o pecado é “o amor próprio [sic], levado ao desprezo a Deus”⁸⁸.

Há que se distinguir o pecado em espécie, pois nem todo erro humano rompe a comunhão com Deus já que “permanece sempre verdadeiro que a distinção essencial e decisiva é a que existe entre pecados que destroem a caridade e pecados que não matam a vida sobrenatural: entre a vida e a morte não há lugar para um meio termo”.⁸⁹

Um pecado mortal se dá por um ato que fira diretamente a opção fundamental, de maneira livre e consciente, por uma pessoa que conhece a Deus. Pode se dar tanto em âmbito de uma rejeição racional e explícita como a apostasia, quanto em uma ação que contrarie a opção fundamental de sua vida: o desprezo dos mandamentos da lei de Deus, da lei da Igreja ou da Lei Natural, da condição própria da sua vida ou posição social. Ou seja, o pecado mortal se dá quando o ser humano livre e conscientemente se põe contra uma realidade divina ou humana e que rompe a relação de comunhão entre o criador e a criatura.

Ora, o princípio de toda a ordem moral é o fim último que exerce, nos atos, o mesmo papel que o princípio indemonstrável, na ordem especulativa, como diz Aristóteles. Por onde, há pecado mortal quando a alma por ele se desordena, até a aversão do fim último, que é Deus, a quem está unida pela caridade; mas, só há pecado venial, quando a desordem não chega à aversão de Deus.⁹⁰

⁸⁶ RUBIO, Alfonso Garcia. **Unidade na pluralidade**. O ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs. São Paulo: Paulus, 2001, p. 643-644.

⁸⁷ Gn 3,5.

⁸⁸ SANTO AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. Contra os pagãos. Petrópolis: Vozes. 3. ed., 1999, livro 14, cap. 28, p. 169.

⁸⁹ JOÃO PAULO II, **Exortação Apostólica *Reconciliatio et Paenitentia***, 1984, n. 17. (RP). Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jpii_exh_02121984_reconciliatio-et-paenitentia.html. Acesso em: 10/04/2024.

⁹⁰ AQUINO, 2020, q. 72, a. 5, v. 2.

Um pecado venial ou leve é um acidente de percurso que não vai radicalmente contra a vontade divina. Um pecado que possua matéria grave, mas não seja realizado de maneira livre ou consciente tem a gravidade reduzida, pois o ato não teve o peso da negação ou oposição livre e consciente à vontade de Deus.

2.1.2 Como se dá a cura do pecado

Enquanto pela desobediência dos primeiros seres humanos o pecado entrou no mundo, foi pela obediência de Jesus que entrou a salvação. Quanto mais o pecado acaba sendo uma exaltação orgulhosa de si mesmo, tanto mais é oposto à obediência de Jesus, que realizou a salvação. Por isso mesmo o pecado acaba sendo um ato contrário à própria salvação, seja em relação a quem o comete, seja em relação à toda a humanidade.

Toda a ação que a Igreja reconhece que perdoa os pecados se dá a partir da vida de Jesus e do seu Mistério Pascal. As formas de penitência, ou seja, de fazer o ser humano se libertar do pecado, se baseiam na fala e no testemunho de vida que Jesus deu aos seus.

As formas de penitência são numerosas e diversas, como o jejum, a oração, a esmola; o batismo e o martírio; as lágrimas da penitência, a prática da caridade, a intercessão dos santos e a preocupação com a salvação do irmão; cuidado aos pobres, confissão das faltas aos irmãos, defesa da justiça. Mas não há caminho melhor, segundo o Catecismo da Igreja Católica, do que tomar a cruz a cada dia e seguir a Jesus. Além disso é proveitoso participar com frequência da eucaristia, a leitura da Sagrada Escritura e a oração da Liturgia das Horas. O importante é saber que, em última instância, “a conversão traz consigo, ao mesmo tempo, o perdão de Deus e a reconciliação com a Igreja, o que é expresso e realizado liturgicamente pelo sacramento da Penitência e Reconciliação”.⁹¹

Já pelo batismo o ser humano recebe o perdão completo dos pecados, inclusive o original, pois "O Senhor suportou entregar sua própria carne à destruição, para que fôssemos purificados pelo perdão dos pecados, isto é, pela aspersion feita com o seu sangue".⁹² A Carta aos Hebreus explora essa temática, retomando a antiga Lei que prescrevia a expiação através da aspersion de sangue, mas enfatiza que é impossível que o sangue de animais possa expiar perfeitamente os pecados. É por isso que para Cristo foi formado um corpo, e Ele ofereceu o sacrifício supremo da obediência à vontade do Pai.⁹³ Os benefícios desse sacrifício redentor

⁹¹ CEC, n. 1440.

⁹² CARTA de Barnabé. *In*: PADRES APOSTÓLICOS, 1995, p. 291.

⁹³ Hb 10,1-10.

alcançam a realidade humana através do sacramento do batismo, pelo qual aqueles que abraçaram a fé pela pregação dos que vieram antes deles⁹⁴, são imersos no Mistério Pascal do Senhor. O batismo, então, fundado no altar da cruz, torna-se o rito fundamental pelo qual o ser humano, agora cristão, participa plenamente deste sacrifício redentor, morrendo para o pecado e nascendo para a graça.

Depois do Batismo, que perdoa os pecados cometidos até o ingresso na comunidade cristã,⁹⁵ o sacramento da reconciliação encontra seu lugar de primazia dentre todas as formas de penitência e purificação, pois engloba todos os aspectos da pessoa, reinserindo-a na dinâmica de comunhão com Deus e com a Igreja, recobrando a paz e dando o perdão. Para o sacramento da reconciliação, então, o pressuposto é que se tenha cometido algum pecado depois do batismo.

Acontece que

A patologia causada pelo pecado fere a vida cristã. A Igreja, continuadora da obra de Cristo, além de gerar novos filhos pelo batismo, é chamada a auxiliar os seus membros que necessitam de cuidado e auxílio na enfermidade causada pela recaída no pecado grave. se o batismo realiza a cura mais profunda do homem o sacramento da penitência oportuniza a cura do cristão no seu caminho de fé [...].⁹⁶

Para o sacramento da penitência frutificar como remédio, são necessários alguns pré-requisitos do penitente. “[...] O fiel deve estar de tal modo disposto que, repudiando os pecados cometidos e tendo o propósito de se emendar, se converta a Deus”⁹⁷. Para a validade do sacramento são necessárias a matéria e a forma. A matéria se distingue em remota e próxima. A matéria remota pode ser matéria obrigatória, isto é, aquela que se estiver presente deve ser apresentada: “a manifestação quanto à espécie e ao número, todos os pecados graves que tiver consciência após diligente exame, cometidos depois do batismo e ainda não diretamente perdoados pelas chaves da Igreja, nem acusados em confissão individual”⁹⁸. Ou pode ainda ser matéria livre, desde que seja suficiente para o sacramento, como por exemplo os pecados leves cometidos depois do batismo. Já a matéria próxima são os atos do penitente, a saber, a contrição, a confissão e a satisfação.

Já a forma da penitência

⁹⁴ Rm 10,17.

⁹⁵ MARCHIORO, Raimondo. **La confesión sacramental**: Guía práctica para penitentes y confesores. Madrid: Ediciones Rialp, 2004, p. 24.

⁹⁶ SILVA, Sérgio da. **Uma leitura mistagógica do ministério da penitência**: O IV sacramento após a reforma do Concílio Vaticano II. [Dissertação de Mestrado] Roma: Pontificum Anthenaeum S. Anselmi de Urbe, 2021, p. 35.

⁹⁷ CÓDIGO de Direito Canônico. São Paulo: Loyola, 2022, cân. 987. (CIC).

⁹⁸ CIC, cân. 988, § 1.

São as palavras mediante as quais o sacerdote, com o poder de Cristo, perdoa os pecados do penitente. Recebe comumente o nome de absolvição. Por causa do caráter de sinal sensível que a ação sacramental deve possuir, a absolvição deve ser dada oralmente, não bastando a repetição meramente mental da fórmula. Além disso, deve haver uma unidade moral entre a acusação do penitente e a absolvição.⁹⁹

O sacramento da reconciliação é imprescindível para um católico porque, diante dos pecados graves, esse é o modo de obter a graça invisível do perdão e da paz de maneira concreta e eficaz. Diante da realidade dos pecados leves, ainda que seja um ato de liberdade e consciência, um dos mandamentos da Igreja é que o fiel se confesse ao menos uma vez no ano, seja para a cura da alma e o perdão dos pecados, mas também porque esse sacramento dá forças para vencer as tentações.¹⁰⁰

2.2 PECADO EM DESCRÉDITO

Apesar de toda essa dinâmica entre pecado e o sacramento da penitência, o ser humano contemporâneo perdeu a noção de pecado em determinado ponto da história, ou melhor, acabou por descreditar essa noção.¹⁰¹ Algumas das causas são a mudança dos paradigmas da sociedade medieval para a sociedade moderna (e que aumentaram com a contemporaneidade), sobretudo a aversão à Igreja, a Cristo e posteriormente a Deus. Isso vem de alguns fatores: resultados das ciências humanas que não condiziam com o discurso eclesial; uma ética derivada de relativismo historicista; a tentativa de viver como se Deus não existisse; o secularismo; a ideia de que o pecado seria idêntico ao sentimento de culpa ou à transgressão de uma norma formal.¹⁰²

A perda do sentido do pecado, portanto, é uma forma ou um fruto da negação de Deus: não só da negação ateísta, mas também da negação secularista. Se o pecado é a interrupção da relação filial com Deus para levar a própria existência fora da obediência a ele devida, então, pecar não é só negar Deus; pecar é também viver como se ele não existisse, bani-lo do próprio cotidiano.¹⁰³

⁹⁹ HORTAL, Jesús. **Os sacramentos da Igreja na sua dimensão canônico-pastoral**. São Paulo: Loyola, 2000, p. 145.

¹⁰⁰ MAZALI, Adimir Antonio. **Os mandamentos da igreja**, 2022. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/os-mandamentos-da-igreja/>. Acesso em: 25/04/2024.

¹⁰¹ MOSER, Antônio. **O pecado: do descrédito ao aprofundamento**. Petrópolis: Vozes, 1939, p. 24.

¹⁰² ZAMBONI, Stefano. **O magistério sobre a reconciliação sacramental do Vaticano II até hoje**. In: AMARANTE; SACCO, 2020, p. 181.

¹⁰³ RP, n. 18.

Para entender como a crise secularista influencia o sacramento da reconciliação deve-se entender a relação ocorrida no início da Modernidade já com as discussões entre católicos e protestantes.

2.2.1 Mudança de paradigmas

Com o advento da modernidade e posteriormente com a contemporaneidade, a Igreja se viu em face a diversas realidades com as quais não tivera contato dessa maneira até então. A secularização e o protestantismo tiveram grande influência na maneira que a Igreja se relaciona com o pensamento secular desde a Modernidade.

O fenômeno da secularização é uma corrente histórica que vem reunindo nos últimos séculos ideias, acontecimentos e até mesmo biografias ou histórias de personagens ilustres, que representam uma nova forma de entender e de orientar a realidade humana, uma forma de vida contraposta à concepção cristã medieval de caráter teocêntrico, que tende a englobá-lo na unidade de uma só fé e que reclama a autonomia do ser humano, sua vontade de criar uma ordem à sua medida, segundo a sua vontade e suas próprias capacidades.¹⁰⁴

A contemporaneidade trouxe consigo uma série de transformações cada vez mais rápidas e profundas na maneira do ser humano se relacionar consigo mesmo, com Deus, com o trabalho, com as outras pessoas, com os bens, com a natureza. Já com a modernidade a ideia da passagem de uma realidade movida pela religião a uma realidade onde o sujeito era autossuficiente gerou a ilusão de que se estava desprendendo das amarras infantis impostas pela Igreja e indo em direção à independência, à maturidade.

A ideia de que se estava alcançando uma maturidade foi repudiada pela Igreja, pois ela considerava seus séculos de tradição que atestavam duas coisas: a seriedade com que tratara até então a sociedade e que a nova visão de mundo carecia de uma visão holística. De modo geral, a reflexão teológica acabou sendo mais apologética do que de desenvolvimento da doutrina. Isso ocorreu de tal forma que no século XIX, talvez o maior erro na condução da Igreja é tê-la apresentada como algo que ela não é: fechada em si mesma. Graças à visão que se teve, parece que o maior erro dela

[...] é ter sido demasiado individual, demasiado voltada para dentro; em certo sentido – no mau sentido –, demasiado “espiritual, ou seja, desencarnada. Para lutar contra as tentações do mundo, já havia muito tempo que se insistia na importância da vida interior. O que parecia a única coisa necessária era um

¹⁰⁴ FLÓREZ, 2007, p. 257.

esforço sobre nós mesmos, uma ascensão pessoal para a luz. Influenciados pelas lições de Olier e de Saint-Sulpice, entendida, aliás, num sentido excessivamente literal, o clero tendia a pensar que era suficiente trabalhar pela santificação própria para que Deus e a Verdade irradiassem.¹⁰⁵

O crescimento desenfreado da técnica afetou o ser humano de tal maneira que, mal tendo saído do drama das máquinas, as quais então exerciam funções que outrora pertenceram a pessoas, a máquina acaba diminuindo o esforço dos trabalhadores e isso afeta progressivamente o valor dado às conquistas e a visão que se tinha do trabalho.¹⁰⁶ O trabalho não é mais visto como um ato de conquista e de honra, mas passa a ser uma tarefa enfadonha necessária para conseguir o bem-estar.

No final do século XIX e início do século XX, há tamanha irrupção do ateísmo que se desencadeia um ataque imenso contra a fé e os costumes cristãos e contra a Igreja. “Três são as palavras que cobrem todas as formas de hostilidade há religião nesse período. Palavras que, precisamente, passam a ser usadas num sentido novo: laico, laicismo, laicidade”.¹⁰⁷ Nesse contexto o termo laico passa a designar a pessoa contraposta à realidade religiosa. O laicismo é uma atitude intelectualista dos que rejeitam tudo o que procede do âmbito da fé, é toda luta contra o cristianismo.¹⁰⁸ A laicidade é o que se quer instaurar na sociedade em aversão aos ideais que ainda ecoavam nela.

Comparando a época do Renascimento, do Século das Luzes e esse período, Daniel-Rops diz que,

Enquanto, na primeira fase, se atacara sobretudo a estrutura da Igreja – o que explica que a revolução protestante tenha vindo imediatamente depois do Renascimento –, e, no “Século das Luzes”, se pusera em causa a fé em Cristo, a época de Kant, de Hegel, de Comte, de Renan, de Taine, de Marx foi muito mais longe. Os esforços diferentes, mas na verdade convergentes, de todos esses espíritos, levavam a recusar qualquer fé num ser transcendente. Era propriamente “o conflito entre crer e não crer”. O Deus revelado da religião cristã passava a ser discutido; segundo alguns, radicalmente suprimido.¹⁰⁹

Em meio à tamanha confusão e descrédito da religião se encontra a Igreja, sendo atacada por diversas frentes: pelos pensadores proeminentes; pelos governos que buscavam cada vez mais poder e dinheiro; pelos que simplesmente não queriam mais compromisso; e até

¹⁰⁵ DANIEL-ROPS, Henri. **A Igreja das revoluções I**. Diante de novos destinos. São Paulo: Quadrante, 2003, p. 713.

¹⁰⁶ DANIEL-ROPS, Henri. **A Igreja das revoluções II**. Um combate por Deus. São Paulo: Quadrante, 2006, p. 13-14.

¹⁰⁷ DANIEL-ROPS, 2006, p. 15.

¹⁰⁸ DANIEL-ROPS, 2006, p. 15.

¹⁰⁹ DANIEL-ROPS, 2006, p. 21.

mesmo pelos incultos e ignorantes que se deixavam levar pelas opiniões desses outros. As consequências dos novos paradigmas presentes na sociedade assolariam muito a Igreja.

2.2.2 Consequências dos novos paradigmas

As mudanças socioculturais rápidas e profundas enfrentadas pelo mundo ocidental contemporâneo colocaram desafios significativos para a fé cristã e a prática dos sacramentos. Emergindo um novo paradigma de existência e compreensão da vida, o homem moderno, e cada vez mais o contemporâneo, vê-se distanciado das tradições e rituais cristãos, dificultando sua adesão à fé em Deus e à participação nos sacramentos. Essa desconexão se intensifica pela percepção de que a fé pode ser interpretada como uma forma de evasão psicológica e pela dificuldade em reconhecer a relevância da mediação da Igreja num contexto marcado por questionamentos sobre poder e justiça.¹¹⁰

Segundo Ovídio Zanini, essa época em que se falava da “morte de Deus” foi muito conturbada, porque

A tese da morte de Deus teve o seu período teórico provocado pelo choque ou síndrome de conceitos falhos e defasados, no encontro do homem pré-científico com o homem das ciências experimentais modernas, que obrigaram a distinguir Deus e natureza, ambos com autonomia própria, apesar de distintamente, como é óbvio, pois a natureza autônoma e secular é criação de Deus. Agora vivemos uma era do ateísmo prático.¹¹¹

Essa era do ateísmo prático permeou de tal modo a sociedade contemporânea que, apesar de ter religião na teoria, cada vez menos pessoas a praticam com fervor. A prática religiosa que evoca compromisso tem diminuído desde então.

Nesse contexto, o ser humano passa a se encontrar cada vez mais profundamente em um emaranhado de concepções e relações que não entende. Se tornou frágil e vulnerável, com dificuldades de fazer escolhas e de se decidir. Ficou inseguro para se engajar e assumir relações duradouras em meio a essa situação que cada vez apresenta mais realidades desconexas. Toda essa situação acabou gerando uma crise de fé generalizada.¹¹²

A crise de fé, que de maneira crescente aflige os cristãos, surge sempre mais claramente também como uma crise na consciência dos valores fundamentais da vida humana. De um lado, essa vem alimentada pela crise moral da

¹¹⁰ RAMOS-REGIDOR, 1989, p. 40-41.

¹¹¹ ZANINI, Ovídio. **Deus: sonho ou pesadelo?**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1997, p. 104.

¹¹² AGOSTINI, Nilo. **Moral fundamental**. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 92.

humanidade; de outro lado, nela repercute tornando-a mais aguda [...]. O real valor da confissão [de fé] é colocado em dúvida, não possuindo a força de tonar vivo o princípio do Evangelho, o amor.¹¹³

Com essa crise generalizada, as pessoas têm cada vez menos segurança em assumir uma moralidade, sobretudo uma moralidade cristã minada pelas compreensões distorcidas de autores modernos e contemporâneos.

A visão humanista da Idade Moderna incide de forma muito direta na concepção do pecado. Enquanto categoria iminentemente religiosa e cristã, a realidade do pecado parte do pressuposto de que o ser humano depende da suprema soberania de Deus e está submetido às limitações de sua própria condição finita. De acordo com a visão cristã medieval, um mal decisivo para o ser humano e para a sociedade que pode ser vencido, unicamente, com a força da graça. Porém, fora das coordenadas da fé, a realidade do pecado fica submetida a outras interpretações de tipo positivo, experimental ou social.¹¹⁴

Perdendo a perspectiva da necessidade da fé e desorientados pelo turbilhão de pensamentos laicistas e laicizantes, criou-se uma “teologia” humanista desvinculada de Deus.

A chamada “teologia da morte de Deus” procura interpretar o pecado em chave “desmitologizadora”, reduzindo-o, em última análise, à injustiça cometida contra o próximo, à falta de amor aos outros. Segundo os teólogos da “morte de Deus”, as raízes da secularização estão na Bíblia, posto que nela se propõe a verdadeira religiosidade, que consiste em amparar e proteger os direitos dos pobres e oprimidos. A “ausência” de Deus no mundo, seu silêncio diante do mal, não é uma razão para que o ser humano se desentenda de seus compromissos morais, mas que, pelo contrário, destaca a autonomia do ser humano e reclama a sua responsabilidade direta na tarefa de organizar e transformar o mundo.¹¹⁵

A ideia de pecado é reinterpretada como uma questão que se concentra na realidade humana, sua dignidade e consciência, perdendo sua referência fundamental em Deus. Esse enfoque antropocêntrico da moralidade não necessariamente altera os padrões de comportamento humano, mas transforma as categorias que os inspiram. Agora, a responsabilidade humana não é mais atribuída à exigência da fé ou ao julgamento divino; ela reside exclusivamente na consciência ética do indivíduo e da sociedade.¹¹⁶ Mas, ao mesmo

¹¹³ RATZINGER, Joseph. **La via della fede**. Le ragioni dell’etica nell’epoca presente. Milão: Ares, 1996. *In*: AGOSTINI, 2019, p. 92.

¹¹⁴ FLÓREZ, 2007, p. 258.

¹¹⁵ FLÓREZ, 2007, p. 259.

¹¹⁶ FLÓREZ, 2007, p. 259.

tempo, essa pretensão de realizar uma moralidade desvinculada de Deus acabou se mostrando ilusória porque

O sonho de “liberdade”, fundado na “razão” moderna, segundo o qual o indivíduo seria enfim autônomo, livre, sujeito, detentor de direitos, esbarrou numa realidade muito dura. Na verdade, esse indivíduo vê-se hoje desprovido do tão falado sonho moderno, pois o mundo da razão, sobretudo na versão técnico-científica, não está preenchendo o mundo da vida.¹¹⁷

A perda de uma referência religiosa na compreensão do bem e do mal moral resulta na ausência de um apoio transcendente, levando muitos a resistirem à mediação religiosa, percebendo-a como uma imposição externa que restringe sua autonomia. A crise contemporânea do sacramento da penitência está intrinsecamente ligada à crise religiosa mais ampla, sendo afetada pela percepção sobre Deus, a Igreja, o pecado, a graça e a missão eclesial. A resposta a essa crise requer um retorno ao verdadeiro sentido da fé em Deus, centrada na obra de reconciliação e aliança de Jesus Cristo com toda a humanidade, expressa de forma visível e concreta através da ação da Igreja.¹¹⁸

Dentro desse contexto, a prática da confissão se torna particularmente desafiadora, pois reflete a complexidade da fé em Deus, a compreensão do pecado e da conversão, e a mediação eclesial nos sacramentos. O homem moderno tende a rejeitar uma fé que pareça limitar sua liberdade individual e responsabilidade social, confrontando as estruturas tradicionais da religião cristã com uma ênfase crescente na autonomia pessoal e na solidariedade social.¹¹⁹ Diante dessa realidade em evolução, a reconciliação entre a fé cristã e a experiência do homem contemporâneo requer uma reflexão profunda e uma adaptação criativa que responda aos desafios e anseios de uma sociedade em constante transformação.

Porém a Igreja não ficou de braços cruzados observando todas as críticas e difamações que lhe eram feitas. Se houve momentos de diástole, foi para salvaguardar a verdade recebida, mas também para poder elaborar respostas mais condizentes com a realidade que não entrasse em contradição com tudo o que já vinha pela Tradição. Essas respostas foram dadas pelo Concílio Vaticano II, que propôs, entre tantas coisas, uma virada na Teologia Moral.

A acentuada e conseqüente firme mudança de paradigmas – de uma simples ética da obediência para os súditos da Igreja a uma corajosa ética da responsabilidade para os cristãos maiores de idade – é um dos principais sinais da virada da Teologia Moral nestas últimas quatro décadas. Esta virada foi

¹¹⁷ AGOSTINI, 2019, p. 92.

¹¹⁸ FLÓREZ, P258-261.

¹¹⁹ RAMOS-REGIDOR, 1989, p. 40-41.

determinada pelo Concílio, sobretudo pela Constituição Pastoral. A questão da aceitação prática e teórica da ética e da responsabilidade em confronto com a ética da obediência é, a meu ver, o sinal mais claro, o distintivo da genuína viravolta de uma Teologia Moral renovada, mesmo considerando também os defensores da restauração de uma Teologia Moral do tempo antigo.¹²⁰

O Concílio retoma tudo o que foi criticado e observa a realidade que se lhe apresenta, repropoando uma moral que corresponde aos anseios do seu tempo e que está em conformidade com a Tradição. Essa ética não renuncia à fé, muito menos à obediência, porque

Uma autêntica ética da responsabilidade abrange, acrisola e enobrece a obediência. Trata-se aqui, antes de tudo, da obediência da fé, ou seja, da honesta e dócil escuta da Palavra de Deus, do esforço comum por discernir e entender os sinais dos tempos. A ética da responsabilidade desenvolve-se e afirma-se na reciprocidade da obediência, da escuta mútua. Os mais aptos para as funções de chefia, na sociedade como na Igreja, são os que, melhor com mais fina sensibilidade, escutam os outros e sabem ver pelos olhos deles.¹²¹

Instaurou-se na modernidade ideias equivocadas sobre o universo eclesial e conseqüentemente adentrou no senso comum um certo mundanismo espiritual que assola ainda hoje a Igreja.

2.3 PECADO E MUNDANISMO ESPIRITUAL

Com as conseqüências dos paradigmas levantados, sobretudo no que sucede a modernidade, temos novas concepções de Igreja, de Cristianismo e sobre a celebração dos sacramentos. O mundanismo espiritual acabou se fazendo uma realidade no imaginário e até mesmo no pensamento filosófico, creditando concepções equivocadas ao que a Igreja afirma sobre diversas coisas. Além disso, o secularismo acabou gerando certa indiferença e aversão à religião.

2.3.1 Jansenismo

A exemplo disso temos o jansenismo. Cândido Santos classificou a corrente desenvolvida por Jansênus como “uma interpretação fundamentalista da doutrina agostiniana”,

¹²⁰ HÄRING, Bernhard. **Minhas esperanças para a Igreja**. São Paulo: Paulus, 1999, p 47.

¹²¹ HÄRING, 1999, p. 47.

que “induziu um rigorismo na doutrina e na moral” católicas, sobretudo, nos séculos XVII e XVIII.¹²²

O pensamento de Jansênus já começa a enviesar quando trata da doutrina da graça. Segundo ele, os documentos do magistério devem ser interpretados de modo tal que não haja contradição entre eles e o ensinamento de Agostinho, já que ele foi o primeiro a falar sobre a doutrina da graça e tivera sido aprovado pela Igreja inúmeras vezes. Jansênus nega o caráter sobrenatural do estado de justiça original. Segundo ele, a natureza humana perdeu a liberdade. O ser humano só pode seguir o impulso que vem da vontade: foi-lhe dada a graça ou a concupiscência, já que a graça não é sempre dada a todos os homens. Ou seja, ele exagera sobre a eficácia da graça, até destruir praticamente toda liberdade; admite somente a graça eficaz, que, por sua vez, nem sempre é concedida ao ser humano e nega a existência da graça suficiente.¹²³

Isso culmina em que

[...] o jansenismo sustenta que, depois do pecado original, o homem não é verdadeiramente livre, e que é necessariamente salvo ou condenado, conforme Deus lhe concede ou nega sua graça; que a graça é um dom puro de Deus que a distribui como bem entende, sem que nada possa modificar sua vontade soberana: daí se segue que Jesus Cristo não morreu por todos os homens, mas somente pelos predestinados.¹²⁴

Isso gera muitas consequências para a compreensão do sacramento do batismo e da penitência, sobretudo, pois a doutrina da predestinação reaparece em ambiente católico. Além disso, no contexto em que se encontrava, a pastoral do sacramento da penitência fora questionada, pois

[...] a estratégia clerical até então tinha sido de tolerância. Por um lado, o clero tinha-se contentado com a simples atrição (arrepentimento por medo do inferno) em vez da contrição (arrepentimento por amor a Deus). Por outro

¹²² SANTOS, Cândido. **O Jansenismo em Portugal**. Porto: Edição Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, p. 8.

¹²³ MARTINA, Giacomo. **História da Igreja, de Lutero a nossos dias**. II- A era do absolutismo. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas. 3ª ed. Trad. Orlando Soares Moreira, 2015, p. 205-206.

¹²⁴ “[...] el jansenismo sostiene que, después del pecado original, el hombre no es verdaderamente libre, y que se salva o se condena necesariamente, según Dios le conceda o le niegue su gracia; que la gracia es un puro don de Dios que la distribuye como le parece, sin que nada pueda modificar su soberana voluntad: de aquí se sigue que Jesucristo no murió por todos los hombres, sino sólo por los predestinados”. BOULENGER, Auguste. **Historia de la Iglesia**. Edad Moderna. Madrid: Liturgica Espanhola, 1946, p. 601-6002, v. 4. [tradução nossa].

lado, a absolvição sistemática dos pecadores reincidentes foi aceite como um mal menor em comparação com o risco de os ver distanciarem-se da Igreja.¹²⁵

O pensamento de Jansênus se fez extremamente rigorista representando “[...] na moral uma reação à tibieza e aos compromissos de muitos cristãos[...]”,¹²⁶ sobretudo graças ao embate com a prática dos jesuítas que, por vezes tinha uma moral laxista e, aliado isso ao sacramento da confissão,

[...] os jesuítas conseguem legitimar tudo, como o duelo, a compensação oculta e a restrição mental, podem absolver sem escrúpulos o pecador, mesmo rotineiro, desde que haja uma promessa puramente formal de não pecar mais, contentam-se com práticas materiais de piedade para garantir uma conversão interna.¹²⁷

O rigorismo jansenista, fruto dessa reação ao laxismo, teve diversas manifestações na vida do cristão. Para o nosso estudo, destacam-se as que se encontram a seguir. A visão negativa que tinham acerca de qualquer uma das obras dos ditos infiéis e pecadores – que, na sua concepção, sempre constituem um pecado, porque são frutos de uma natureza intrinsecamente corrupta – não há meio termo: é-se fiel e faz boas obras, ou infiel e faz obras de pecado. A condenação da atrição, que foi considerada em si e por si imoral, pois somente a contrição, enquanto detestar o pecado por amor de Deus, era considerada algo bom.¹²⁸

Havia ainda a prática de adiar a absolvição aos penitentes que não se achava que teria perseverança e aos que não tivessem cumprido a penitência imposta: a misericórdia de Deus fica sujeitada mais a uma prática do que o desejo da conversão, quando na verdade, a conversão na dinâmica do sacramento não é só um pré-requisito para o sacramento, mas ele produz na pessoa o desejo de mudança de vida; aqui fica evidente a ideia jansenista de que para se aproximar dos sacramentos, somente podiam fazê-lo, os mais perfeitos no querer.¹²⁹

Além disso fez-se costume recusar a absolvição aos que acham que vão recair no pecado. Era comum dizer que o pecado é inevitável na vida humana. O jansenismo gerou

¹²⁵ “[...] la estrategia clerical había sido hasta entonces de tolerancia. Por una parte, el clero se había conformado con la atrición simple (arrepentimiento por miedo al infierno) en vez de la contrición (arrepentimiento por amor a Dios). Por otra, la absolución sistemática de los pecadores reincidentes había sido aceptada como un mal menor frente al riesgo de verlos alejarse de la Iglesia”. LASKE, Trilce. **Jansenismo y rigorismo en la nueva España: una propuesta de renovación historiográfica (1660-1700)**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2021, p. 718. [tradução nossa].

¹²⁶ MARTINA, 2015, p. 223.

¹²⁷ MARTINA, 2015, p. 212.

¹²⁸ MARTINA, 2015, p. 207.

¹²⁹ MARTINA, 2015, p. 207.

também consequência para outros sacramentos, como exigir condições quase impossíveis de conseguir para poder participar da comunhão.¹³⁰

2.3.2 Neopelagianismo

Com o advento da modernidade não só surgiram novas heresias como o jansenismo, mas reapareceram as antigas heresias com novas roupagens. O pelagianismo e o gnosticismo são algumas delas.

O pelagianismo se caracteriza por um otimismo exagerado da condição humana. Para Pelágio o ser humano é capaz de, com suas próprias forças, evitar o pecado, mesmo sem o auxílio da graça. Para a práticas das obras boas, ele também desconsidera a graça como necessária. Além disso, ele tem a ideia de que o pecado original não é herdado pela natureza humana, mas é algo que ocorreu tão somente com Adão. Segundo o seu pensamento, a natureza humana não foi em nada afetada pelo pecado original e é essa mesma natureza intocada que é passada a todo o gênero humano. O que se destaca no pensamento de Pelágio é que a graça não é necessária para a salvação humana.¹³¹

Francisco critica o pelagianismo presente na Igreja, dando exemplos concretos: carreirismo, clericalismo, gnosticismo, elitismo, tradicionalismo etc. Critica o pelagianismo no mundo, referindo-se com frequência à idolatria do mercado, à centralidade do dinheiro, ao apego ao poder. Sem a preocupação racional e a linguagem refinada do teólogo, mas com o cajado do pastor e a mística de um profeta, Francisco é, por isso, mais completo e complexo. A partir da mística inaciana, da espiritualidade latino-americana dos pobres e da pastoral engajada nos meios populares, ele demonstra maior percepção da realidade e consegue, assim, ser mais claro, na sua condenação profética. Não segue de perto a teologia da graça agostiniana, mas a teologia dos Padres gregos, do cristocentrismo cósmico, da encarnação de Deus na frágil história humana, da recapitulação de todos em Cristo, da divinização do ser humano. É uma teologia da graça mais otimista; mas sem ser ingênua, uma vez que está atenta e condena o desumano do pelagianismo.¹³²

¹³⁰ MARTINA, 2015, p. 207.

¹³¹ FRANGIOTTI, Roque. **História das heresias: séculos I-VII**. Conflitos ideológicos dentro do cristianismo. São Paulo: Paulus, 1995, p. 114.

¹³² FELLER, Vitor Galdino. **A crítica do Papa Francisco ao pelagianismo**. Revista Encontros Teológicos n. 70, 2015, p. 53. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjJm_vB3reFAxXRFrkGHT68A64QFnoECBYQAw&url=https%3A%2F%2Ffacasc.emnuvens.com.br%2Fret%2Farticle%2Fdownload%2F73%2F66%23%3A~%3Atext%3DFrancisco%2520critica%2520o%2520pelagianismo%2520presente%2Cdinheiro%252C%2520ao%2520apego%2520ao%2520poder.&usq=AOvVaw3lzlh_MzWJuY117i7IHL3h&opi=89978449. Acesso em: 10/04/2024.

Graças ao advento da modernidade se fez presente uma ética que se baseia no desempenho e que valoriza o resultado e a produtividade.¹³³ Essa ética do desempenho encontra-se no exacerbado peso que se tende a colocar no âmbito da prática pastoralista. No pastoralismo, “[...] a vida da graça, da oração, da mística cede espaço à organização e ao planejamento, à metodologia e ao sucesso, à eficácia e à ação[...]. Tem-se a impressão de que a salvação das pessoas e do mundo depende de nós”.¹³⁴

O pelagianismo também se manifesta a partir da Modernidade de maneira a ressaltar o individualismo. Emmanuel Mounier diferencia pessoa de indivíduo. Segundo o filósofo, aquilo que expressa a pessoa se coloca em oposição a toda expressão de *individualidade*.¹³⁵ Essa experiência reside na *ação*¹³⁶ da comunicação, pois “pela experiência interior a pessoa surge-nos como uma presença voltada para o mundo e para as outras pessoas”.¹³⁷ Mounier relata a importância da comunicação dizendo que é nela que a existência humana encontra seu sentido. Do mesmo modo, a existência da experiência do outro é necessária para o ser humano se experimentar, conhecer-se e ser.¹³⁸ Apesar disso, Mounier não desconsidera o ato de recolhimento que garante à pessoa fugir de um estéril ativismo, da ética do desempenho. Depois da Modernidade, cada vez mais,

Cada qual busca seu sucesso, até mesmo fazendo dos outros um trampolim para sua própria ascensão. A felicidade ao alcance da mão e a todo o custo! A felicidade encontra-se na auto-ajuda [sic], no *self-development*, no controle mental, no pensamento positivo. As pessoas são incentivadas, de maneira enganosa, a acreditar que tudo podem, tudo sabem, tudo conseguem.¹³⁹

Esse caminho de individualismo é incompatível com o cristianismo e, ainda assim, há quem queira seguir os dois caminhos, mas acaba entrando em crise por conta da contradição e não consegue viver nenhum dos dois. A heresia, tanto combatida nos inícios do cristianismo, voltou com força renovada e revestida de outra roupagem, para se disfarçar de zelo e diligência. O atual magistério do Papa Francisco denuncia esse tipo de pensamento:

¹³³ LIBÂNIO, João Batista. **Eu creio nós cremos**. Tratado da fé. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004, p. 48.

¹³⁴ BINGEMER, FELLER. **Deus-amor**: a graça que habita em nós. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 49.

¹³⁵ “*Dispersão, avareza. Eis as duas marcas da individualidade. A pessoa é domínio e escolha, é generosidade. Ela é, pois, na sua orientação íntima, polarizada precisamente ao contrário do indivíduo*”. MOUNIER, Emmanuel. **Manifesto ao serviço do personalismo**. Trad. António Ramos Rosa. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1967, p. 88.

¹³⁶ “O personalismo é, antes de mais nada e explicitamente uma filosofia da ação”. SEVERINO, 1983, p. 140.

¹³⁷ MOUNIER, 2004, p. 46.

¹³⁸ MOIX, 1968, p. 145-146.

¹³⁹ BINGEMER, FELLER, 2003, p. 50.

Ainda há cristãos que insistem em seguir outro caminho: o da justificação pelas suas próprias forças, o da adoração da vontade humana e da própria capacidade, que se traduz numa autocomplacência egocêntrica e elitista, desprovida do verdadeiro amor. Manifesta-se em muitas atitudes aparentemente diferentes entre si: a obsessão pela lei, o fascínio de exibir conquistas sociais e políticas, a ostentação no cuidado da liturgia, da doutrina e do prestígio da Igreja, a vanglória ligada à gestão de assuntos práticos, a atração pelas dinâmicas de autoajuda e realização autorreferencial.¹⁴⁰

Mas não só o Jansenismo e o pelagianismo assolam a mente do homem moderno, há ainda um terceiro mundanismo espiritual que equivoca às pessoas: o gnosticismo.

2.3.3 Gnosticismo subjetivista

Para entender minimamente o gnosticismo é necessário ter em mente que o ele está estreitamente relacionado com a ideia helênica de alcançar a compreensão por meio do intelecto, da alma racional. Por exemplo, por mais que não seja gnóstico,

[...] Plotino escreve que a “matéria é a causa da debilidade da alma e de sua disposição viciosa. Ela é o mal, ou melhor, o mal original” (*protonkankon*). Afasta, o quanto possível, o Deus supremo, bom, no contato com a matéria. Entre o mundo visível, material, e o Deus supremo imaginam intermediários numerosíssimos, por meio dos quais chega a nós a ação divina, descendo de grau em grau. Do mesmo modo, por seu meio, a alma pode, de grau em grau, se elevar até o Deus supremo.¹⁴¹

A visão cosmológica gnóstica apresenta um universo dualístico, onde o reino da luz, representado pelo Deus bom, está em constante oposição ao Deus mau, associado ao mundo material. Entre essas polaridades, há uma hierarquia de Eões, seres superiores e imateriais, que compõem o Pleroma, a plenitude da Inteligência divina. Os gnósticos interpretam Jesus como um desses Eões Superiores, enviado por Deus para revelar aos humanos o Deus Supremo e ensinar a maneira de transcender a matéria em busca da verdadeira gnose. A redenção é alcançada quando os seres humanos reconhecem em Jesus um ser superior, seguem seus ensinamentos e praticam suas obras, permitindo-lhes libertar-se da prisão material e se aproximar do Deus-Pleroma.¹⁴²

¹⁴⁰ PAPA FRANCISCO. **Exortação Apostólica Gaudete et Exultate**, 2018, n. 57. (GE). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exultate.html. Acesso em: 18/04/2024.

¹⁴¹ FRANGIOTTI, 1995, p. 34.

¹⁴² FREZZATO, Anderson. Gnosticismo: um resgate conceitual motivado pela exortação apostólica. **Espaço Teológico** ISSN 2177-952X. v. 12, n. 22, jul/dez, 2018, p. 47. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleto/article/view/37741>. Acesso em: 25/04/2024.

Dessa maneira, o gnosticismo se caracteriza pela crença de que a salvação se dá meramente pelo conhecimento de verdades de fé e pelo distanciamento das coisas materiais.

Os gnósticos distinguem, portanto, nitidamente, dois mundos: o mundo material, mau, e o mundo espiritual, bom. Os homens possuem um elemento material, o corpo, a carne, e um elemento espiritual, a alma, que constitui o homem verdadeiro, autêntico. Só este recebe o apelo para a salvação, ou seja, só o espírito é elemento de salvação. A redenção consiste em sair deste mundo material, mau, voltado à destruição, e voltar ao mundo espiritual do Pai. Portanto, a salvação está assegurada somente aos “espirituais” gnósticos, àqueles que têm, em si mesmos, a centelha divina originária. Esta centelha é despertada por um processo de conhecimento através da revelação feita ao espírito, através do qual a alma do gnóstico toma consciência da sua verdadeira natureza: sufocada pela matéria, aspira libertar-se dos liames do corpo e do mundo material.¹⁴³

O cristianismo, desde a sua origem, se manifestou contra a crença advinda do mundo helênico de que o conhecimento intelectual seja suficiente para a salvação do ser humano. A salvação se dá por Jesus Cristo, pela participação no seu Mistério Pascal. Mas segundo José Faus, o

[...] catolicismo padece de uma espécie de síndrome de Estocolmo a respeito da gnose. E esta síndrome pode ver-se agravada pela cultura moderna, que já não procura injetar no cristianismo sua doutrina da salvação pelo conhecimento (como quis fazer a gnose antiga), mas antes declará-lo “incompatível com a ciência” (que vem a ser a gnose do nosso tempo) e, em consequência, desautorizando-o como inferior à Modernidade.¹⁴⁴

Os pensadores da Igreja na Modernidade adquiriram progressivamente uma visão gnóstica à medida que analisavam a realidade, por vezes supersticiosa, que se encontravam a maioria dos cristãos tratando Deus como um quebra-galho¹⁴⁵ e se deparavam com uma desmoralização do cristianismo por parte da sociedade moderna. O peso que o conhecimento científico-teológico passou a ter na vida de alguns cristãos se tornou de tal maneira importante que muitos contrários ao Concílio Vaticano II tentaram desautorizá-lo com o argumento de que o Concílio foi de ordem meramente pastoral, como se a ação pastoral e a vivência do cristianismo não fossem importantes para a vida de fé e como se o que realmente importa fosse a proclamação de dogmas para a extinção de heresias.¹⁴⁶

¹⁴³ FRANGIOTTI, 1995, p. 34-35.

¹⁴⁴ FAUS, José Ignacio González. **As 10 heresias do catolicismo atual**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 71.

¹⁴⁵ ZANINI, 1997, p. 72.

¹⁴⁶ FAUS, 2015, p. 71.

Na realidade, o estudo da verdade é algo importante para o cristianismo, mas a verdade para os cristãos não é uma ideia abstrata, uma convenção, muito menos uma ideologia. A verdade para os cristãos é uma pessoa, Jesus Cristo. O conhecimento intelectual ajuda de fato a compreender algumas dimensões dessa pessoa, mas o verdadeiro conhecimento de Jesus se dá no relacionamento com Ele.

Em nós acontece uma curiosidade dialética entre conhecimento e amor: por um lado, para amar uma coisa é preciso conhecê-la (“*nihil volitum quin preacognitum*”, de acordo com o provérbio latino); mas, por outro lado, só se conhece bem aquilo que se ama (“*non intratur in veritatem nisi per charitatem*”, de acordo com outro provérbio de Agostinho).¹⁴⁷

O conhecimento da verdade para o cristão não é algo que meramente se recebe, mas algo que se responde enquanto transmite a Boa Nova. Uma pessoa não a recebe em atitude passiva, mas, no amor e no compromisso, busca transmiti-la. Uma vez que o cristianismo é uma religião de transmissão é evidente que, fora da transmissão da verdade que não pertence e não pode ser abarcada totalmente por nenhum ser humano, nenhuma pessoa pode se arrogar dizer que compreende toda a verdade.

Os gnósticos são aqueles que rejeitam o corpo e suas faculdades, subestimando sua dignidade e desconsiderando a importância do corpo como um dom de Deus. Há uma limitação humana em alcançar plenamente o conhecimento divino e suas verdades. Além disso, o gnosticismo tem tendência a exaltar o conhecimento em detrimento da diversidade e do mistério inerentes à fé cristã. Diferentes interpretações coexistem dentro da comunidade cristã. Deve ser valorizada a diversidade como enriquecedora para a doutrina e a vida cristã, em oposição ao gnosticismo, que não tolera tal pluralidade.¹⁴⁸

Além disso, o Papa Francisco adverte contra a postura arrogante de alguns que se consideram iluminados, ignorando a autoridade da Igreja em favor de suas próprias opiniões. Essa atitude, além de prejudicar a evangelização, mina a unidade e a profundidade da fé cristã, que são fundamentais para sua autenticidade e relevância no mundo contemporâneo.¹⁴⁹

Em suma, trata-se de uma vaidosa superficialidade: muito movimento à superfície da mente, mas não se move nem se comove a profundidade do pensamento. No entanto, consegue subjugar alguns com o seu fascínio enganador, porque o equilíbrio gnóstico é formal e supostamente asséptico,

¹⁴⁷ FAUS, 2015, p. 72

¹⁴⁸ FREZZATO, 2018, p. 51.

¹⁴⁹ GE, n. 40.

podendo assumir o aspeto duma certa harmonia ou duma ordem que tudo abrange.¹⁵⁰

O mundanismo espiritual em suas diversas manifestações se arraigou no senso comum e, como uma erva daninha, tem sido difícil de combater. Somente com novas perspectivas de ação pastoral se pode pensar em eliminar os pensamentos equivocados.

¹⁵⁰ GE, n. 38.

3 PERSPECTIVAS PASTORAIS

A difusão dessas ideias deturpadas provocara, por um lado, aversão ao sacramento e à prática da vida cristã que se tornou insuportável, e, por outro lado, criara um sentimento de indiferença no coração dos fiéis que já não viam sentido para participar dos sacramentos se se podia fazê-lo de qualquer forma. Assim, com a dinâmica do novo ritual do sacramento da reconciliação e a correta compreensão teológica desse sacramento, torna-se fundamental, na atual conjuntura, aprender a reintegrar todos aqueles que se afastaram da Igreja e do sacramento, motivados por diversas razões.

A vivência sacramental é imprescindível na vida do católico e o sacramento da penitência deve ser buscado com frequência. Nesse sentido, faz bem olhar para os exemplos de santos como São João Maria Vianney que batalharam insistentemente para promover e fomentar a vivência sacramental em suas paróquias.

O exemplo do Santo Cura d’Ars é muito atual. A situação histórica daquele momento não era fácil, por causa das guerras, da perseguição, das idéias [sic] materialistas ou secularistas. Em sua chegada à Paróquia, era bem escassa a frequência ao sacramento da penitência. Nos últimos anos de sua vida, a frequência chegava a ser maciça, inclusive por parte de fiéis findos [sic] de outras dioceses. Para o Santo Cura, o ministério da reconciliação foi “um longo martírio” que “produziu frutos muito abundantes e vigorosos”. Diante da condição de pecado, dizia “não se sabe o que se deve fazer: só se pode chorar e rezar”. Mas ele “não vivia senão para os ‘pobres pecadores’ na esperança de vê-los converter-se e chorar”. A confissão frequente, inclusive quando não se têm pecado grave, é um meio recomendado constantemente pela Igreja com o objetivo de progredir na vida cristã.¹⁵¹

É necessário que os ministros da Igreja saibam falar sobre a temática do pecado para formar bem a consciência dos fiéis. É mister também que os sacerdotes, ministros desse sacramento, saibam ter uma prática que promova o bem dos penitentes e que os faça reconhecer pelos sinais visíveis, a grande graça que é a celebração desse sacramento. Não é de menor importância que o sacramento saiba ser bem celebrado pelo penitente para que possa fruir dele da melhor forma possível, tendo aquela “plena, consciente e ativa participação nas celebrações litúrgicas que a própria natureza da Liturgia exige”.¹⁵²

¹⁵¹ CONGREGAÇÃO para o clero. **O sacerdote ministro da misericórdia divina**. Subsídio para confessores e diretores espirituais. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2011, n. 19.

¹⁵² CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, **Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium***, 1963, n. 14. (SC). Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html. Acesso em: 19/10/2023.

3.1 FORMAR CONSCIÊNCIAS HOJE

A formação moral na sociedade, de modo geral, está defasada. Não se estabelecem princípios de ação moral; e, quando são estabelecidos, não são tomados como balizas para a vida das pessoas. Cada um faz aquilo que acredita ser certo, conforme consegue, e as mesmas pessoas acabam sofrendo por remorso ou ignorando os princípios quando não conseguem atingir a lei moral.

Para ajudar a sanar a crise de compreensão do pecado, é necessária uma justa compreensão da moral católica. Para a formação moral, é mister entender o que é uma consciência moral; quais são as condições do ato humano; quais são os elementos de moralidade do ato; entender sobre a maturação de consciência e a gradualidade da lei; sobre o bem possível; sobre a objeção de consciência; e sobre outros temas afins.

3.1.1 A formação de uma consciência moral

Para se falar sobre a temática do pecado, é necessário, antes de tudo, que o interlocutor tenha ciência que está falando com uma pessoa que possui consciência moral. Não está se relacionando com um animal ou manipulando um objeto inanimado. Por isso a sua ação deve se dar a partir disso, levando em conta o microcosmo que se lhe apresenta. Nesse sentido, o sacerdote, ministro do sacramento da penitência, mais que qualquer um, deve saber ajudar a trabalhar as consciências dos que se lhe apresentam.

O grande desafio para a consciência moral, hoje, é perfazer um itinerário de fé, devidamente situada no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, é desafiador assumir as responsabilidades que lhe são próprias, tendo em conta que o ser humano constitui-se concomitantemente num *ser pessoal* e num *ser social*, com todas as instâncias intermediárias e/ou complementares aí reunidas.¹⁵³

Em verdade, a ideia da formação da consciência moral é formar os fiéis “rumo à maturidade em Cristo”¹⁵⁴

A consciência moral é onde a subjetividade humana se manifesta, permitindo que a pessoa se torne protagonista de suas próprias escolhas. Nesse espaço interior, a consciência moral é caracterizada como um eco do bem, uma chamada à realização do que é ético e moralmente correto. Ao contrário da consciência psicológica, que se limita ao

¹⁵³ AGOSTINI, Nilo. **Moral fundamental**. Iniciação à Teologia. Petrópolis: Vozes, 2019, p. 166.

¹⁵⁴ CNBB. **Com adultos, catequese adulta**. São Paulo: Paulus, 2001, p. 33 (Estudos, n. 80).

autoconhecimento, a consciência moral acrescenta uma dimensão de obrigação, transformando valores morais em diretrizes para a ação.¹⁵⁵

Essa consciência se manifesta primeiramente como o conhecimento do bem e da lei moral, sendo estruturada pelos valores que a fundamentam. Ela não é uma faculdade arbitrária, mas sim influenciada pela lei moral e pelos valores internalizados. A consciência atualiza-se no juízo de consciência, que orienta a pessoa na aplicação dos valores morais em situações práticas, tornando-se uma norma subjetiva próxima da moralidade.¹⁵⁶

Além disso, a consciência moral exige ser ouvida, pois expressa a voz de Deus dentro de cada pessoa. Seu caráter vincutivo advém da obrigação moral que impõe à pessoa, e seu julgamento não apenas conhece e avalia, mas também comanda e deseja ser seguido. Para elaborar juízos de consciência prudentes, é necessário que ela esteja fundamentada em valores como retidão, verdade e certeza, permitindo que a pessoa realize suas escolhas com liberdade e verdade.¹⁵⁷

A liberdade de consciência não concede à pessoa o direito de decidir arbitrariamente sobre o que é certo ou errado. Pelo contrário, a liberdade da consciência está sempre intrinsecamente ligada à busca pela verdade moral. A consciência, quando reta e verdadeira, é uma norma próxima da moralidade, e pecar é desobedecê-la, indo contra seu próprio juízo. O discernimento entre o bem e o mal, guiado pela consciência bem formada, vincula a pessoa à ação moralmente correta. O pecado não reside no desconhecimento da verdade, mas sim na recusa em seguir o ditame da consciência reta e sincera, bem como na falta de busca pela verdade e pelo bem.¹⁵⁸

A consciência pode encontrar-se perplexa diante de escolhas éticas complexas, onde não se alcança uma clareza interna sobre qual curso de ação seguir. A dúvida pode persistir mesmo após uma reflexão profunda sobre os princípios morais, e a pessoa pode se sentir incapaz de discernir a melhor opção. Nesses casos, a doutrina tradicional permite que a consciência perplexa tome decisões baseadas em seu juízo prudente, sem temor de errar, agindo de acordo com o grau de liberdade alcançado até aquele momento. Além disso, a objeção de consciência surge como uma forma de dissidência contra uma determinada lei percebida como contraditória a um princípio superior, demonstrando a dignidade da consciência moral que não pode ser subjugada por ninguém.¹⁵⁹

¹⁵⁵ GIRARDI, Renzo. **Teologia morale**. Bolonha: Centro Editoriale Dehoniano, 2016, p. 33-34.

¹⁵⁶ GIRARDI, 2016, p. 38-39.

¹⁵⁷ REGINI, 2018, p. 210-2013.

¹⁵⁸ REGINI, 2018, p. 222-223.

¹⁵⁹ REGINI, 2018, p. 223-225.

A formação da consciência é um dever constante para todo indivíduo, visando alcançar a maturidade necessária para tomar decisões morais. A capacidade de discernir o bem moral não depende apenas da predisposição natural da pessoa para o bem, mas também das condições favoráveis ao conhecimento moral autêntico que ela deve criar. Isso implica educar a consciência na verdadeira liberdade e em sua busca pela verdade. Para os cristãos, a formação da consciência segue o exemplo de Cristo e é enriquecida pelo diálogo entre a graça divina e a liberdade humana, refletindo-se na escuta da Palavra de Deus e na experiência do amor como fonte de juízos verdadeiros da consciência moral.¹⁶⁰

É tarefa, desse modo, da Igreja, por meio de seus ministros, cuidar para que os fiéis cada vez mais tenham uma consciência moral bem-formada.

3.1.2 Esclarecer o pecado sem amedrontar

Depois de se atentar para com seu interlocutor, o ministro ordenado deve saber o conteúdo e a forma de falar a respeito do pecado. Nesse sentido, é necessário na orientação ajudar a distinguir entre pecado mortal e venial, para saber a necessidade da confissão. Além disso, deve deixar claro os fatores que podem agravar ou amenizar a gravidade do pecado.

Desse modo, a pregação sobre o pecado deve seguir a doutrina advinda do Concílio de Trento que

[...] não considera só a “matéria grave” do pecado mortal, mas lembra também, como sua condição necessária, “a plena advertência e o consentimento deliberado”. De resto, quer na teologia moral quer na prática pastoral, são bem conhecidos os casos onde um ato grave, por causa da sua matéria, não constitui pecado mortal devido à falta de plena advertência ou do consentimento deliberado de quem o realiza. Por outro lado, “há de evitar-se reduzir o pecado mortal a um ato de ‘opção fundamental’ — como hoje em dia se costuma dizer — contra Deus”, entendendo com isso quer um desprezo explícito e formal de Deus e do próximo, quer uma recusa implícita e não reflexa do amor. “Dá-se, efetivamente, o pecado mortal também quando o homem, sabendo e querendo, por qualquer motivo escolhe alguma coisa gravemente desordenada. Com efeito, numa escolha assim já está incluído um desprezo do preceito divino, uma rejeição do amor de Deus para com a humanidade e para com toda a criação: o homem afasta-se de Deus e perde a caridade[...]”.¹⁶¹

¹⁶⁰ REGINI, 2018, p. 225-227.

¹⁶¹ JOÃO PAULO II. *Carta encíclica Veritatis Splendor*, sobre algumas questões fundamentais do ensinamento moral da Igreja. 1993, 70. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_06081993_veritatis-splendor.html. Acesso em: 05/04/2024.

Para uma saudável exposição da temática do pecado, é essencial que nas alocações se trate da temática de maneira clara e sem rigorismos, pudor ou escrúpulos, mas apresentando de maneira assertiva o que é o pecado, como ele pode ser distinguido numérica e especificamente, quais são suas causas, seus efeitos no ser humano e no mundo e a responsabilidade que o ser humano tem dele, bem como sempre apontar para o caminho de conversão como esperança segura da misericórdia do Deus amoroso.

3.1.2.1 Como apresentar o pecado

Nas alocações sobre o pecado, é imprescindível levar a pessoa a diferenciar o pecado leve do pecado grave. Deve-se levar a reconhecer o pecado grave como “ato contrário às virtudes éticas (naturais e sobrenaturais), que rompe a comunhão do homem com Deus em Cristo e, conseqüentemente, impede a obtenção da plenitude definitiva da filiação divina”¹⁶². Para uma melhor compreensão e perspectiva personalista, ou seja, que faça sentido para a pessoa, situada em sua condição total.

Em primeiro lugar, o pecado deve ser considerado e apresentado como “o amor próprio [sic] e o desconfiar de Deus, que leva o homem a buscar a sua própria satisfação no uso desordenado dos bens terrenos.”¹⁶³ Essa apresentação do pecado traz como característica o caráter personalista da ação humana, aliada à questão da responsabilidade pelos atos frente a um compromisso. O pecado, dessa maneira apresentado, leva o fiel a repensar as ações não sob a ótica de uma ação má que diminui quem ela é, mas no rompimento voluntário de uma relação que lhe faz bem. Dessa maneira, o incentiva a querer restabelecer a relação e reforçá-la, por meio da intimidade com Deus e de uma vida virtuosa.

Outra maneira de apresentar o pecado é como o verdadeiro mal, em sentido absoluto, porque uma privação do bem.¹⁶⁴ As vantagens de apresentar o pecado dessa maneira são considerar a bondade infinita de Deus e que a ação livre do ser humano em se afastar de Deus certamente o leva para o mal. Disso acarreta que, o ser humano, tendo ofendido a dignidade infinita de Deus (que não muda quem é por conta do pecado humano) acaba sendo devedor de uma dívida infinita.

Deve-se, nessa perspectiva, explicar o porquê o pecado é um afastamento de Deus. Em relação à lei natural, na concepção cristã, ela é fruto da lei divina como um pressuposto da

¹⁶² COLOM, Enrique; LUÑO, Ángel Rodríguez. **Escolhidos para ser santos em Cristo**. Moral Fundamental. São Paulo: Quadrante, 2022, p. 411, v. 1.

¹⁶³ COLOM; LUÑO, 2022, p. 412.

¹⁶⁴ COLOM; LUÑO, 2022, p. 413.

criação no ordenamento das coisas. Nesse sentido, as virtudes morais humanas, frutos da lei natural, são atos que colocam o ser humano que pratica as virtudes como alguém que obedece a lei de Deus. Assim sendo, os pecados são “[...] atos opostos às virtudes são objetivamente incompatíveis com a tendência da vontade para Deus, de tal maneira que realizar um desses atos e separar-se voluntariamente da vontade de Deus é uma e mesma coisa”¹⁶⁵.

3.1.2.2 Tipos de pecado

Para o fiel, sobretudo no exame de consciência para a confissão, é imprescindível a diferenciação entre pecado mortal e leve para saber se a matéria da confissão é necessária ou suficiente. Que o ser humano tenha ofendido a Deus para o sacramento é um pressuposto, mas não é evidente o grau e o número, bem como os agravantes ou atenuantes das situações que levaram ao ato do pecado.

A primeira distinção de tipo de pecado que se há de fazer é aquela que já foi tratada quando se falou sobre o pecado, a distinção entre o pecado leve e o grave ou mortal. Na realidade, a matéria grave ou leve do pecado se distingue da seguinte maneira: avalia-se as próprias ações frente aos mandamentos do decálogo, às bem-aventuranças, aos mandamentos da Igreja, aos pecados capitais e às virtudes cardeais e teologais. Vale distinguir, ainda, entre o pecado mortal e o grave da seguinte maneira:

O pecado grave, entendido objetivamente, tem por objeto uma matéria grave (aspecto objetivo), mas não inclui consciência e conhecimento. O pecado mortal, por outro lado, tem igualmente por objeto uma matéria grave, mas é cometido com plena consciência e consentimento deliberado.¹⁶⁶

Os pecados podem ainda ser distinguidos entre internos e externos. Essa distinção se dá pela disposição de ânimo da pessoa. O próprio Jesus ensina que há os pecados que não são frutos de atos, mas do mero consentimento com o desejo.¹⁶⁷ Esses pecados internos podem ser até matéria grave, pois estão inscritos nos últimos dois mandamentos do decálogo, instrumentos eficazes para avaliar a matéria grave ou leve dos pecados. Para a matéria ser grave no caso de pecados internos se requer que haja: o consentimento do pensamento, ou o desejo, ou o ato de satisfazer-se com a ideia de realizá-lo ou de tê-lo realizado.¹⁶⁸

¹⁶⁵ COLOM; LUÑO, 2022, p. 414.

¹⁶⁶ GIROTI, Gianfranco. **Amoris Laetitia**. L'importanza della coscienza, del discernimento e il ruolo del confessore. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2021, p. 62-63.

¹⁶⁷ Mt 5,28.

¹⁶⁸ COLOM; LUÑO, 2022, p. 424-425.

Como o pecado acaba afetando a relação da pessoa com Deus e colocando-a em estado de alienação, de uma maneira ou de outra ele acaba interferindo na *societas*. Desse modo, “pode falar-se de pecado *pessoal* e *social*: todo o pecado sob um aspecto é *pessoal*, e todo o pecado sob um outro aspecto é *social*, enquanto e porque tem também consequências sociais.”¹⁶⁹ Essas consequências podem “ferir e ofuscar a dignidade humana, como ato contrário a ela, mas ao mesmo tempo isso não pode jamais cancelar o fato de o ser humano ter sido criado à imagem de Deus.”¹⁷⁰ Essa dignidade humana é tão fundamental porque diz respeito à dignidade ontológica da pessoa, independentemente de qualquer condição que ela possa se encontrar, e “quando se fala de dignidade social, quer-se referir às condições nas quais uma pessoa se encontra a viver.”¹⁷¹ Nesse sentido, o ferir socialmente uma pessoa não é menos relevante, porque é uma agressão ao próprio desejo de vida que Deus teve ao criá-la.

Nas alocuções, deve-se atentar à distinção e à explicação acerca do pecado original que é um e mesmo, comum à toda a humanidade e o pecado atual, próprio e pessoal de cada um. É ainda importante distinguir entre um ato de pecado e o estado habitual de pecado, um pecado cometido por ignorância, fragilidade ou malícia, os pecados carnis ou espirituais, os pecados realizados por vontade ou por omissão. Todas essas distinções ajudam o fiel a se vigiar, perceber-se e buscar uma vida mais próxima a Deus.¹⁷²

Vale ainda o ministro ordenado, responsável pela formação de consciências ajudar a pessoa que faz o exame de consciência a distinguir pecado por sua especificidade e número. É elementar se discorrer que, no final das contas, “a raiz do pecado está no coração do homem, na sua vontade livre [...]”.¹⁷³

É imprescindível, também, evidenciar o fato de que a tentação por si só não constitui pecado. “As tentações, se não forem buscadas e forem aproveitadas como motivo do esforço moral, terão um significado positivo para a vida cristã [...]”¹⁷⁴, isso nos mostra Jesus sendo conduzido ao deserto pelo Espírito para ser tentado.¹⁷⁵ É enfim necessário enfatizar os efeitos do pecado, como o ato do pecado, por meio do ser humano, colabora e coopera para a disseminação do mal no mundo e que facilita com que outros também pratiquem o mal.

¹⁶⁹ RP, n.15.

¹⁷⁰ DICASTÉRIO para a doutrina da fé. **Dignitas infinita**. Declaração sobre a dignidade humana, 2024, n. 20. (DI). Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_ddf_doc_20240402_dignitas-infinita_po.html. Acesso em: 31/04/2024.

¹⁷¹ DI, n. 8.

¹⁷² COLOM; LUÑO, 2022, p. 429-430.

¹⁷³ CEC, n. 1853.

¹⁷⁴ COLOM; LUÑO, 2022, p. 433.

¹⁷⁵ Mt 4,1.

3.1.3 Uma moral da conversão e uma vida moral

Partindo disso, a moral que deve ser enfatizada é sobretudo uma moral de conversão e reaproximação, de amor e desejo de permanecer em comunhão. O enfoque deve ser sobretudo na misericórdia divina, pois “a fidelidade na misericórdia é precisamente o ser de Deus. E por isso Deus é totalmente e sempre confiável. A sua presença é firme e estável.”¹⁷⁶ Graças a isso, “todos os homens são chamados à conversão, pois o amor e a graça do Pai, anteriores a qualquer confissão ou obra penitencial, se dirigem a todos os homens.”¹⁷⁷ Se todos os seres humanos são chamados a viver uma vida de conversão, os batizados muito mais, porque “podem e devem viver como pessoas que deste modo foram limpas, deste modo foram justificadas, santificadas, salvas e libertadas.”¹⁷⁸

Mas como o ser humano, ainda que batizado, é passível de pecar, o batizado também é chamado a viver uma vida de conversão e, “nessa vida de metanóia [sic] a realizar-se ao mesmo tempo e exprimir-se na colaboração cristão-ecclesial, deve-se mostrar sempre disponibilidade para receber a doutrinação, a exortação e também os estímulos positivos[...]”.¹⁷⁹ Ou seja, é chamado a viver uma vida de humildade e abertura ao Espírito, tendo consciência da própria situação criatural, mas também filial.

Para que os fiéis consigam viver uma vida de conversão, uma vida moral, é essencial que, sobretudo, sejam-lhes dados instrumentos para que possam discernir em suas vidas as situações em que se encontram e os atos que praticam. O discernimento moral, ao buscar a ação mais adequada na relação com Cristo, requer como condição inicial o desejo de se relacionar com Ele e a disposição de seguir seus ensinamentos, especialmente o mandamento de amar como Ele nos amou.¹⁸⁰ Esse amor é causativo: amamos porque somos amados por Jesus. O discernimento foca nos meios para agir conforme a vontade de Deus, escolhendo as ações que melhor expressam o amor de Cristo nas relações com os outros.¹⁸¹

O discernimento, então, enquanto virtude infusa, se desdobra de diversas maneiras, mas há de se destacar que a caridade é o objetivo, enquanto a prudência é o meio para alcançá-lo, orientando sobre as ações a serem realizadas. O processo prudencial envolve discernir

¹⁷⁶ PAPA Francisco. **A misericórdia**. São Paulo: Paulus, 2018, p. 11.

¹⁷⁷ FEINER, Johannes; LOEHRER, Magnus. **Mysterium Salutis**. Compêndio de Dogmática Histórico-Salvífica. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 118.

¹⁷⁸ FEINER; LOEHRER, 1983, p. 182.

¹⁷⁹ FEINER; LOEHRER, 1983, p. 183.

¹⁸⁰ Jo 13,34.

¹⁸¹ FUMAGALLI, Aristide. **Teologia del discernimento**. Fondamenti e configurazioni, Milão: Ancora, 2019, p. 140.

(buscar a ação), decidir (escolher a melhor ação) e agir (executar a ação escolhida). Para efetivar o discernimento prudencial, a pessoa deve integrar a memória do passado, a inteligência do presente e a sensibilidade às intuições do Espírito Santo.¹⁸²

Para efetivar o discernimento prudencial, é necessário integrar fatores constitutivos do conhecimento prático. A memória do passado oferece paradigmas de ação para orientar a caridade no presente, integrada pela inteligência do presente, que envolve intuição e apreciação dos princípios para a ação atual. Também é importante ser dócil aos ensinamentos dos outros e sensível às intuições do Espírito Santo. O discernimento pode ser comparado ao olhar que identifica o passo adequado em direção à meta, enquanto a consciência é a voz que aprova ou desaprova esse passo, orientando a ação conforme o mandamento do amor de Cristo. A prática do discernimento corresponde à "consciência antecedente", que precede as consciências concomitante e consequente, relacionadas à execução e avaliação da escolha feita.¹⁸³

Sem uma autêntica "Consciência de pecado" o processo de conversão torna-se inviável. Hoje, como em outros tempos, se requer uma nova iluminação das consciências sobre o pecado e suas conseqüências [sic]. Esta tarefa deve realizar-se de forma evangélica e sem moralismos e reducionismos. O importante é ir ao encontro das pessoas. É a partir do encontro com a Palavra de Deus que se realiza a mudança fundamental das pessoas.¹⁸⁴

O ministro do sacramento, entretanto, não deve se contentar em apenas pregar acerca do pecado, mas também celebrar o sacramento da reconciliação de modo a mostrar, na vivência, aquilo que se pregou.

3.2 O CONFESSOR E O SACRAMENTO: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

O sacramento da reconciliação é tão importante para o ministro da penitência justamente porque ele experienciou essa graça e quer proporcioná-la aos seus. Diz o subsídio para confessores:

A alegria do perdão torna-se uma atitude de gratidão e generosidade no caminho da santificação e da missão. Quem experimentou o perdão, deseja que os outros possam chegar a este encontro com Cristo Bom Pastor. Por isso, os ministros deste sacramento experimentam eles mesmos este encontro

¹⁸² FUMAGALLI, 2019, p. 141-148.

¹⁸³ FUMAGALLI, 2019, p. 148-152.

¹⁸⁴ PALUDO, 1999, p 65-66.

sacramental, tornando-se mais disponíveis a oferecer este serviço humilde, árduo, paciente e alegre.¹⁸⁵

Apesar disso, a celebração dos sacramentos requer formação por parte do ministro, para que ele possa presidir, dar assistência ou, como no caso do IV sacramento, auxiliar e ser instrumento da graça de Deus para que o sacramento possa, naquilo que a Igreja fornece, ser mais bem celebrado pelo fiel. Por isso, celebrar o sacramento de maneira mistagógica é essencial.

A perspectiva mistagógica eclesiológica, resgatadas pelo movimento de renovação (litúrgico, bíblico, catequético, etc.) e oficializadas pelo Vaticano II, tornaram-se imprescindíveis para uma virada de mentalidade. No entanto, foi no diálogo com a tradição patrística e de maneira especial com o saber antropológico e fenomenológico que redescobriu-se a lógica da iniciação simbólico-ritual, devolvendo à Igreja e ao discurso teológico um patrimônio que parte tinha se esquecido, em parte escondido.¹⁸⁶

A celebração mistagógica é importante porque não busca apenas orientar o fiel por meio das faculdades intelectivas, mas fazê-lo, por meio dos símbolos, vivenciar a graça invisível transmitida no sacramento.

A liturgia não se refere a um conhecimento, mas à realidade. Existe um conhecimento sobre ela, a ciência litúrgica, e também um conhecimento nela: o processo litúrgico inclui uma compreensão. Não é fácil falar sobre isso hoje, pois a liturgia quase desapareceu da nossa consciência religiosa. Porém, a liturgia em si não é apenas conhecimento, e sim uma realidade completa, que envolve muito mais do que apenas o compreender: envolve um fazer, um ordenar, um ser.¹⁸⁷

Para tanto, é necessário do sacerdote que saiba utilizar os elementos constitutivos do sacramento para uma mistagogia.

Para que este serviço seja bem feito – com arte, precisamente – é de fundamental importância que o presbítero tenha, acima de tudo, uma viva consciência de ser, por misericórdia, uma especial presença do Ressuscitado. O ministro ordenado é ele próprio uma das modalidades da presença do Senhor que tornam a assembleia cristã única, diferente de qualquer outra.¹⁸⁸

¹⁸⁵ CONGREGAÇÃO para o Clero, 2011, n. 9.

¹⁸⁶ SILVA, 2021, p.73.

¹⁸⁷ GUARDINI, Romano. **Formação litúrgica**. Curitiba: Carpintaria, 2023, p. 51.

¹⁸⁸ PAPA Francisco. **Desiderio Desideravi**. Sobre a formação litúrgica do povo de Deus, 2023, n. 57. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/20220629-lettera-ap-desiderio-desideravi.html. Acesso em: 30/05/2024.

Esse é o plano de fundo que o ministro deve ter em mente quando se colocar à celebrar o sacramento, mas o deve se preparar e celebrar digna e mistagógicamente nas diversas partes que constituem o rito.

3.2.1 O ministro na celebração da penitência

A ação celebrativa, os sinais e as orações no sacramento da penitência devem ser preparados pelo presbítero. O ritual desse sacramento, proposto pelo Concílio Vaticano II, fornece seguro caminho para a celebração de uma maneira segura e simbólico-mistagógica. Para fins didáticos, não se abordará o rito de caráter comunitário com absolvição geral, visto que ele deve ser utilizado em casos de exceção e possui muitos pormenores que não convém serem abordados de maneira superficial ou demasiadamente detalhada.

3.2.1.1 Preparação ao sacramento e ritos introdutórios

O sacerdote deve, antes de se colocar para ouvir confissões, estar preparado para tal. Essa preparação não somente teórica, que sem dúvida é imprescindível. “Porém, a preparação simbólica (dos elementos externos) também ajuda a fazer uma boa experiência.”¹⁸⁹ Além disso, o sacerdote deve se preparar espiritualmente, por meio da invocação do Espírito Santo: “O sacerdote invocará o Espírito Santo para receber dele a luz e a caridade”¹⁹⁰, sempre reconhecendo que é ministro da Igreja e que, por isso, realiza esse sacramento por mandato e *in persona Christi*, segundo a misericórdia do Pai.¹⁹¹

O sacerdote então, estando a sós com o penitente, o acolhe e saúda o penitente com amor fraterno.¹⁹² Essa saudação é procedida pelo sinal da cruz, invocando a Santíssima Trindade. O penitente traça em si mesmo e o sacerdote pode fazê-lo também. Depois, o sacerdote exorta o fiel à confiança na misericórdia de Deus.

Esse inicial

[...] colóquio entre o pecador-penitente e o ministro, porém, não focalizará tanto a responsabilidade do passado, como se fosse um processo penal em que o crime cometido deve ser reconstruído em todos os detalhes e quase refeito

¹⁸⁹ SILVA, 2021, p. 80.

¹⁹⁰ RITUAL da penitência. São Paulo: Paulus, 2019, 15. (RitP)

¹⁹¹ BUSCA, Marco. **Verso un nuovo sistema penitenziale?**. Studio sulla riforma della riconciliazione de penitenti. Roma: CLV-Edizioni liturgiche, 2002, p. 311.

¹⁹² RitP, n. 16.

in loco. A retrovisão analítica importa menos do que a abertura para o futuro.¹⁹³

Na celebração comunitária, a índole eclesial do sacramento fica visivelmente mais presente desde os ritos introdutórios, sobretudo pela reunião da assembleia. Começa como uma celebração da Palavra, inclusive com leituras que motivam e incitam o caráter próprio da celebração penitencial que se está celebrando. Não é à toa que se incentivam as celebrações comunitárias, pois elas contribuem para que se entre “com mais facilidade na dinâmica celebrativa do sacramento”.¹⁹⁴

3.2.1.2 Leitura dos textos bíblicos

A leitura da palavra de Deus é imprescindível logo em seguida, pois demonstra o caráter litúrgico do sacramento (as Sagradas Escrituras e a liturgia sempre estiveram vinculadas ao longo da história). “A palavra de Deus ilumina o fiel para o reconhecimento dos seus pecados, chama-o à conversão e leva-o a confiar na misericórdia divina.”¹⁹⁵ Ela, em verdade, é o verdadeiro meio eficaz para a conversão. Assim sendo, na confissão auricular “[...] a liturgia da Palavra não deve ser negligenciada pelo ministro e pelo penitente. Porém, essa é uma prática que infelizmente se tornou comum, ignorando o anúncio da salvação”.¹⁹⁶

Nas celebrações comunitárias esse lugar da primazia da palavra, na ação da conversão, alento e impulso para viver uma vida nova, fica mais evidenciada. Nesses casos, as leituras proclamadas, de preferência do ambão, são procedidas de uma breve homilia que faz ressoar a Palavra na vida dos penitentes, auxiliando-os a examinarem suas consciências e a buscarem se afastar do pecado, convertendo-se a Deus.¹⁹⁷

Por isso na homilia convém recordar:

a) a infinita misericórdia de Deus, que supera todas as nossas iniquidades [sic] e que não se cansa de chamar-nos de volta; b) a necessidade da penitência interior, pela qual também nos dispomos a reparar os danos causados pelo pecado; c) o aspecto social da graça e do pecado, que leva os atos de cada um a repercutir em todo o corpo da Igreja; d) o sentido da satisfação que recebe

¹⁹³ LEERS, Bernardino. **O ministério da reconciliação**. Uma ética profissional para confessores. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 92.

¹⁹⁴ SILVA, 2021, p. 82.

¹⁹⁵ RitP, n. 17.

¹⁹⁶ SILVA, 2021, p. 82.

¹⁹⁷ SILVA, 2021, p. 83.

sua força da satisfação do próprio Cristo, e exige, sobretudo, além das obras de penitência, a prática da verdadeira caridade diante de Deus e do próximo.¹⁹⁸

Logo após a leitura frutuosa e cônica da Palavra de Deus, chega-se ao núcleo do sacramento da reconciliação: a confissão. Para tal o ministro também deve estar preparado.

3.2.1.3 O ministro durante a confissão e na despedida

Depois dos ritos introdutórios, da leitura da palavra é bom que se faça a confissão genérica dos pecados pela recitação do “Confesso a Deus Todo-poderoso...”, para isso, o ministro o oriente e, depois disso, deixe

[...] o fiel falar, a não ser que mostre dificuldades para começar a acusação dos pecados. Se for preciso, por dever de caridade, ajude-o a fazer um exame de consciência e a confessar bem os pecados, especialmente os mais graves, adequando seus momentos de intervenção de acordo com a pessoa que está à sua frente.¹⁹⁹

Fazer perguntas ao penitente somente depois de ele ter terminado de falar. Perguntas objetivas essenciais para poder dar o remédio correto para a ferida causada pelo pecado, não se deve perguntar por curiosidade. Do mesmo modo, não se deve deixar que o penitente exponha os pormenores da situação ou acusação de outrem, pois não convém à índole do sacramento. O confessor deve ser afável em suas colocações e nunca se mostrar assustado ou surpreendido com a situação do penitente. Cabe também que o confessor saiba distinguir e orientar casos de orientação espiritual, aconselhamento pastoral ou atendimentos psicológicos para que o sacramento cumpra seu objetivo e não seja banalizado ou mal compreendido.²⁰⁰

Após a confissão do penitente, o sacerdote “[...] o exorta a se arrepender das ofensas cometidas a Deus e a amadurecer a contrição de suas culpas, olhando para Jesus (Hb 12,2), que o amou e se entregou a si mesmo por ele (Gl 2, 20).”²⁰¹ O diálogo e a exortação do ministro “têm sentido se abrem caminho para a livre acolhida das obras penitenciais, como reparação dos possíveis danos ou escândalos causados pelo pecador.”²⁰²

¹⁹⁸ RitP, n. 25.

¹⁹⁹ “[...] de escuchar cuanto tiempo hace que no se confiesa, déjele hablar, salvo que muestre dificultades para començar la acusación de los pecados. Si es preciso, por deber de caridad, ayúdele a hacer examen de conciencia y a confessar bien todos los pecados, especialmente los más graves, adecuando su intervención a la persona que habla.” MARCHIORO, 2004, p. 99. [tradução nossa].

²⁰⁰ MARCHIORO, 2004, p. 100-101.

²⁰¹ “[...] lo esorta a dolersi delle offese fatte a Dio e a maturare la contrizione delle sue colpe guardando a Gesù (Eb 12, 2) che lo amò e diede se stesso per lui (Gal 2, 20).” BUSCA, 2002, p. 312. [tradução nossa].

²⁰² SILVA, 2021, p. 84.

A penitência ou satisfação imposta pelo sacerdote

[...] não será apenas expiação pelas faltas passadas, mas também ajuda para uma vida nova e remédio para sua fraqueza, devendo, por isso, corresponder, quanto possível, à gravidade e à natureza dos pecados. A satisfação consistirá em orações, mortificações e sobretudo na ajuda ao próximo em obras de misericórdia, que põem em evidência o aspecto social do pecado e do perdão.²⁰³

Logo após a imposição e a aceitação da penitência, o ministro convida o penitente à expressão de consciência e da dor de ter ofendido a Deus, com um propósito de conversão e pedido de súplica para não cair de novo em pecado. Tudo isso o fiel faz por meio de uma oração.²⁰⁴ Se o fiel não souber, convém que o ministro ajude o penitente com esse ato de contrição. Logo após essa manifestação orante do penitente, o ministro estende as mãos (ou ao menos a direita) sobre o penitente e diz a fórmula de absolvição traçando o sinal da cruz sobre ele ao final.²⁰⁵

O penitente, enfim é chamado a proclamar um louvor a Deus pela graça do perdão concedida, e logo após o ministro o despede na paz de Cristo, encorajando-o a viver a santidade própria do cristão.

3.2.2 O ministro como pai, médico, mestre e juiz

Santo Afonso Maria de Ligório foi um exímio sacerdote e contribuiu muito para a teologia do sacramento da confissão.

Retomando a doutrina expressa no decreto conciliar de Trento sobre o Sacramento da Penitência e aprofundando-a, Afonso oferece aos confessores uma vasta e acurada reflexão sobre como devem exercer seu ministério no confessionário, de modo que esses ofícios são um dos elementos mais originais da proposta teológico-pastoral alfonsiana a respeito do tema e parece projetar mais luzes para os dias atuais.²⁰⁶

Essa reflexão abrange os ofícios do confessor, a saber, o de pai, de médico, de mestre ou doutor e de juiz. Segundo Santo Afonso, o ofício de pai é primeiro dos ofícios, pois o

²⁰³ RitP, n. 18.

²⁰⁴ SILVA, 2021, p. 85.

²⁰⁵ RitP, n. 19.

²⁰⁶ FIGUEIREDO, Luis Henrique Brandão de. **Acompanhar, discernir, integrar**. Santo Afonso Maria de Ligório e o ministério do confessor. São Paulo: Cultor de Livros, 2022, p. 46.

confessor deve ser uma imagem do Pai misericordioso da parábola.²⁰⁷ Também é interessante trazer esse ofício por primeiro por conta da própria construção da busca desse sacramento e da disposição dele durante a celebração, pois “o juízo sobre a situação do penitente, que inclui a decisão de dar o não a absolvição, só é possível se primeiro ele é acolhido por um pai, examinado por um médico e instruído por um doutor”²⁰⁸.

Na visão de Santo Afonso, “o confessor-médico, para exercitar seu ofício de modo a auxiliar a salvação do penitente, deve adquirir duas qualidades em particular: a perícia e a prudência.”²⁰⁹

Jesus é apresentado no Evangelho como o médico das almas²¹⁰ e o sacerdote é chamado a ser sinal de sua presença, justamente por isso é que ele realiza a presidência desse sacramento que ajuda o fiel no caminho de cura. “Como médico, ele tem que procurar as raízes do mal e prescrever os remédios oportunos”.²¹¹

[...] É graças ao remédio da confissão que a experiência do pecado não degenera em desespero. O Ritual da Penitência alude a este aspecto medicinal do Sacramento, ao qual o homem contemporâneo é talvez mais sensível, vendo no pecado o que ele comporta de erro, obviamente, e mais ainda aquilo que ele indica relacionado com a fraqueza e enfermidade humanas.²¹²

Embora a imposição da penitência faça parte do ofício de juiz, a sua eleição faz parte do ofício de perito na cura das almas, devendo ser justa e salutar na condição própria do penitente, de acordo com suas capacidades, proporcional ao pecado, mas também às forças de cada um. Também a medicação prescrita ao penitente pode ser geral ou específica, por exemplo a participação fervorosa na liturgia ou a restituição de parte daquilo que o pecado tolheu.²¹³

Além disso, o ofício exercido no confessional é o de mestre, por isso

O confessor, para cumprir adequadamente seu ofício de mestre das almas, deve possuir o conhecimento suficiente para instruir os penitentes na doutrina de Cristo e da Igreja, além de ser muito prudente e de levar uma vida santa. “Os lábios do sacerdote guardam a ciência e a instrução é buscada em sua boca, porque é mensageiro do Senhor dos exércitos” (Malaquias 2,7).²¹⁴

²⁰⁷ Lc 15,11-32.

²⁰⁸ FIGUEIREDO, 2022, p. 47.

²⁰⁹ FIGUEIREDO, 2022, p. 50.

²¹⁰ Lc 5,31ss.; 9,2.

²¹¹ HORTAL, 2000, p. 165.

²¹² RP, n. 31.

²¹³ FIGUEIREDO, 2022, p. 53-55.

²¹⁴ MARCHIORO, 2004, p. 103.

Em primeiro lugar, é necessário é o conhecimento das bases e das especificidades da moral. Segundo Santo Afonso, isso se faz “partindo das fontes da revelação, dos documentos magisteriais, dos cânones e das leis positivas”²¹⁵, mas há de se acrescentar ainda as ciências humanas atualmente erigidas e que têm contribuído para a ciência moral.

Enfim, o ministro do sacramento da reconciliação é também juiz e como tal deve conhecer a causa dos pecados cometidos pela acusação do penitente; deve, do mesmo modo, investigar as disposições do penitente sobre o provável arrependimento e desejo de emenda; enfim, tem a obrigação de ditar a sentença, esforçando-se, sempre que possível, para que seja absolutória. Essa possibilidade da sentença está intrinsecamente ligada às disposições do penitente.²¹⁶ “Para bem cumprir esta obrigação, Afonso indica uma importante qualidade a ser adquirida pelo confessor: exatidão [...] Além disso, a exatidão deve ser guiada por um profundo saber teológico, já exigido pelo ofício de doutor, a fim de que o juízo seja correto.”²¹⁷

Tendo isso em mente, o sacerdote em todos os seus ofícios, ao celebrar o sacramento da penitência, deve buscar utilizar todos os elementos constitutivos do rito para fazer uma mistagogia que envolva a pessoa toda e a projete animosamente ao reingresso ativo, corajoso e comprometido no seio da comunhão trinitária e eclesial.

3.3 O PENITENTE E O SACRAMENTO: EDUCAR-SE PARA A CELEBRAÇÃO

Para o sacramento da reconciliação ser bem vivido, enfim, resta dizer sobre o penitente e o caminho que deve traçar, as etapas que deve percorrer e a maneira que deve celebrá-lo para haurir dele, da melhor maneira, as graças concedidas.

Em primeiro lugar é mister ter em mente o que esse sacramento realiza na pessoa para não buscar no sacramento algo que não faz parte dele. Em verdade, pelo pecado grave a pessoa faz-se privada do significado verdadeiro e íntimo de ser Igreja adquirido pelo batismo²¹⁸. Tendo em mente isso, o penitente deve colocar-se em atitude de quem sabe que rompeu com a graça do batismo que “[...] provoca a sua “ruptura” com sua condição precedente de filho de Adão e nunca mais o abandona”²¹⁹.

²¹⁵ FIGUEIREDO, 2004, p. 56.

²¹⁶ HORTAL, 2000, p. 162-163.

²¹⁷ FIGUEIREDO, 2004, p. 60.

²¹⁸ RAHNER, Karl. **Chiesa e sacramenti**. Brescia: Morcelliana, 1965, p. 83.

²¹⁹ “[...] provoca la sua “rottura” con la sua condizione adamitica precedente e mai più lo abbandona”. BUSCA, 2002, p. 542. [tradução nossa].

O sacramento da reconciliação não tem por ordem conceder uma nova graça, porque isto é tarefa dos sacramentos da iniciação, mas refazer a graça batismal.²²⁰ Seu objetivo é outro: ele é fundamental para a resposta do cristão à graça de Deus e para a manutenção da vida em harmonia com a comunidade cristã. Ao mesmo tempo, possui uma função e legitimidade distintas dos sacramentos de Batismo e Eucaristia.²²¹

Dessa maneira, o sacramento da reconciliação faz o penitente experienciar novamente o dom concedido pelos sacramentos da iniciação, mas por um processo mais trabalhoso, que exige maior empenho.²²² A realização do sacramento da penitência, desse modo, não manifesta tanto o caráter da reconciliação, mas, sobretudo o de fazer penitência, visto que esta é a maneira de retornar à reconciliação fornecida pelo batismo e pela eucaristia.²²³

3.3.1 Entender o sacramento

Primeiramente, para a celebração válida e frutuosa do sacramento, o fiel precisa minimamente compreender os diversos aspectos que fazem parte da celebração. São necessários para este sacramento a matéria e a forma como já abordados ao longo deste trabalho. O fiel deve entender que são necessárias para a validade ao menos uma matéria suficiente para o sacramento, ou seja, que seja manifesto diante do ministro o arrependimento dos pecados cometidos depois do batismo e ainda não confessados. Deve estar ciente que todos os pecados graves devem ser confessados e ao deixar um de fora, conscientemente, incorre na invalidade do sacramento.

O fiel deve ter presente também que o sacramento não é apenas uma conversa informal, mas um sacramento. Deve tomar a consciência da presença de Deus e do caráter comunitário da celebração. Por isso, dê primazia para celebrações penitenciais que possam envolver a comunidade. Ademais, enquanto a celebração é um sacramento, o fiel tenha a ciência de que o momento não é o mais adequado para uma orientação espiritual, muito menos lugar para ficar indicando erros alheios ou se queixando de problemas próprios. Esse, em verdade é o lugar de receber a misericórdia de Deus, enquanto apresenta sua própria miséria, como escreve Santa Faustina Kowalska no diálogo de Deus com a alma pecadora: “Vem haurir graças

²²⁰ SILVA, 2021, p. 56.

²²¹ SILVA, 2021, p. 56-57.

²²² SILVA, 2021, p. 60.

²²³ GRILLO, Andrea. **Il recupero della “ragione sistematica” del IV sacramento.** In: CONTI, Daniela; GRILLO, Andrea. *Fare Penitenza. Ragione sistematica e pratica pastorale del quarto sacramento*, Assis: Cittadella, p. 89.

dessa fonte com o vaso da confiança. Nunca rejeito um coração humilhado. A tua miséria fica submersa no abismo da Minha misericórdia.”²²⁴

Saiba o fiel também que a confissão não é a única maneira de penitência e que não se deve recorrer a ela como se fosse algo banal, as outras formas de penitência são válidas e incentivadas, sobretudo o exercício da caridade. Não se esqueça ainda o penitente como a eucaristia é o sacramento da comunhão por excelência²²⁵ e que perdoa as faltas leves. Tudo isso para superar algumas das críticas, e de outras mais problemáticas, que se faziam sobre a celebração desse sacramento:

A prática da confissão ficava isolada da vida litúrgica; era realizada, normalmente no “confessionário”, de forma absolutamente privada e reservada, sem o contexto da celebração. A confissão dos pecados costumava ser feita de forma pontual e meramente repetitiva, enumerando, conjuntamente, as faltas de maior ou menor gravidade, sem levar em conta sequer o contexto geral da conversão. A celebração do sacramento esquecia, em geral o contexto eclesial da penitência sacramental, no que se refere à relação do pecado e da graça com o significado e a mediação da Igreja.²²⁶

Na verdade, esse sacramento é um caminho laborioso e desafiador, que requer assumir as consequências dos atos e procurar a penitência não como uma “autorredenção, e sim como uma reparação do pecado cometido. É através dela que acontece o processo de cura e de conversão[...]”²²⁷ Por isso é necessária a devida preparação para bem celebrar esse sacramento.

3.3.2 A preparação para a celebração

Enquanto o sacerdote se prepara invocando o Espírito Santo e em todas as dimensões do sacramento, “[...] por sua vez, o penitente confrontará sua vida com o exemplo e os mandamentos de Cristo e rogará a Deus o perdão de suas faltas”.²²⁸

Seja feito um exame de consciência como preparação. Ele deve sempre ser feito em oração, para que o Espírito Santo ilumine as sendas profundas do coração e lance luzes sobre as sombras ali presentes por causa do pecado. É recomendado também a leitura de alguma passagem do evangelho que motive o sincero desejo de se reconciliar com Deus e com a Igreja. O exame de consciência se foque em identificar os pecados veniais e mortais cometidos depois

²²⁴ KOWALSKA, Maria Faustina. **Diário**. A misericórdia de Deus em minha vida. Curitiba: Apostolado da Divina Misericórdia, 2015, n. 1485.

²²⁵ BUSCA, 2002, p. 566.

²²⁶ FLÓREZ, 2007, p. 278.

²²⁷ SILVA, 2021, p. 63.

²²⁸ RitP, n. 15.

do batismo e ainda não confessados, sejam eles realizados por palavras, atos ou omissões. Para tal, é oportuno trazer à tona os mandamentos da lei de Deus, os mandamentos da igreja, o novo mandamento de Jesus, os deveres próprios do estado em que a pessoa se encontra, os pecados capitais.²²⁹ Pode ser de bom proveito ainda, confrontar-se com as bem-aventuranças e com as virtudes cardeais e teológicas.

O arrependimento pode se mostrar diversas vezes como uma chaga na alma e causar uma dor espiritual pela separação com Deus. Essa dor é importante, porque manifesta a detestação dos pecados cometidos e ajuda a não voltar a cometê-los. Esse ato de renúncia pode se dar em três níveis: 1) uma vontade que contraria a ação realizada; 2) uma vontade que detesta essa ação; 3) uma vontade que não quer cometer essa ação nunca mais. Essa dor, entretanto, não deve impedir a pessoa de fazer caridade, nem incapacitar a pessoa. Por isso quanto mais verdadeiro for o arrependimento mais a dor será interior (na inteligência e na vontade), universal (de todos os pecados mortais cometidos) e sobrenatural (radicada na fé).²³⁰

Com a seriedade que o sacramento exige, pede-se que esse arrependimento esteja atrelado a um propósito de emenda. Em verdade, ele é a firme vontade de não retornar a pecar, sobretudo no que diz respeito aos pecados mortais. O propósito deve ser

Firme: com a sincera vontade de não tornar a pecar, apesar das dificuldades.
Eficaz: o penitente tem que se empenhar, além disso, em dispor dos meios necessários para evitar recair no pecado e nas ocasiões próximas de pecado.
Universal: deve se estender a todos e cada um dos pecados mortais cometidos.
É suficiente que o propósito se faça em forma genérica: não pecar mais mortalmente.²³¹

Essa preparação com seriedade predis põe o penitente para uma celebração frutuosa do sacramento, mas não pode se deixar acabar aí. A celebração do sacramento é o ponto alto de todo esse trabalho interior e desejo de reconciliação elevado à dignidade de sacramento.

3.3.3 O penitente durante a celebração do sacramento

Tendo visto a preparação que se deve ter, por zelo e seriedade frente a esse sacramento, é mister compreender as ações do penitente durante a celebração. Nos ritos introdutórios, o fiel

²²⁹ MARCHIORO, 2004, p. 71- 72.

²³⁰ MARCHIORO, 2004, p. 73.

²³¹ “Firme: con la sincerida voluntad de no volver a pecar, a pesar de las dificultades. Eficaz: el penitente ha de empeñarse, además, en poner los medios necesarios para evitar recaer en el pecado y las ocasiones próximas de pecado. Universal: ha de extenderse a todos y cada uno de los pecados mortales cometidos. Es suficiente que el propósito se haga en forma genérica: no pecar más mortalmente.” MARCHIORO, 2004, p. 75. [tradução nossa].

participe com o desejo sincero e profundo de receber a misericórdia de Deus, dialogando com as palavras do ritual e fazendo-as suas de tal modo que a sinceridade verbal favorece uma frutuosa celebração do sacramento.

“O penitente confessa os pecados, começando, onde for costume, pela fórmula geral da confissão: Confesso a Deus”²³², e logo após prossiga com a sua confissão detalhada dos pecados. Se o ministro não é o habitual, por exemplo o pároco, é salutar que lhe informe o estado de vida, quanto tempo faz desde a última confissão e tudo o mais que possa ajudar o sacerdote, sobretudo em seu ofício de médico espiritual.

A confissão dos pecados deve ser realizada elencando todos os pecados mortais necessariamente; sendo conveniente confessar também os veniais. Além disso, é importante apontar as circunstâncias que podem ser agravantes ou atenuantes do pecado, não, porém, se estendendo a excusas. Essa acusação deve ser fiel, verdadeira, externa (que se externalize pelo próprio penitente) e íntegra,²³³ mas também clara (que o confessor entenda bem os pecados cometidos), concreta (apontando as situações que ocorreram) e concisa (explicando só o essencial sem se atentar aos pormenores dispensáveis).²³⁴

Ao final da explanação dos pecados, o sacerdote imporá uma penitência, ela “é uma obra boa imposta ao penitente pelo confessor.”²³⁵ Do penitente se requer que: haja vontade de satisfazer, que é caracterizada pela livre aceitação da penitência imposta; e haja a efetiva realização da penitência imposta e querida, como obrigação pessoal e intransponível. Se houver casos em que a penitência não foi cumprida, poderá ser comutada pelo mesmo confessor ou por outro. “[...] Porém, é necessário que quem comuta a satisfação tenha pelo menos notícia confusa dos pecados pelos quais ela foi imposta”.²³⁶

“Depois disto o penitente manifesta sua contrição e o propósito de levar uma vida nova, por meio de alguma oração, onde implora o perdão a Deus Pai. Convém que esta oração conste de palavras da Escritura”.²³⁷ Após a absolvição, o penitente é convidado a render ação de graças e em seguida é despedido pelo sacerdote com a paz de Cristo. “Contudo o penitente prosseguirá sua conversão, manifestando-a numa vida segundo o Evangelho de Cristo, e cada vez mais impregnada do amor a Deus [...]”²³⁸ Por isso é imprescindível uma mudança de perspectiva da própria vida depois da celebração do sacramento.

²³² RitP, n 18.

²³³ HORTAL, 2000, p. 178.

²³⁴ MARCHIORO, 2004, p. 82-85.

²³⁵ HORTAL, 2000, p. 181.

²³⁶ HORTAL, 2000, p. 182.

²³⁷ RitP, n. 19.

²³⁸ RitP, n. 20.

3.3.4 A vida depois do sacramento

Depois da celebração do sacramento, o penitente procure cumprir a penitência imposta para a conclusão do sacramento e para receber suas graças abundantes. As graças geram inúmeros benefícios para a pessoa, para a Igreja e para o mundo, uma vez que o cristão é chamado a ser sinal de Cristo no mundo.

Depois de ter sido batizada, a pessoa entra em comunhão perfeita com o criador, mas perde essa comunhão quando peca gravemente. Com o sacramento da reconciliação essa comunhão é restabelecida. A pessoa passa, novamente, a estar em contato com o Deus da vida que lhe cumula de todas as graças e bênçãos.

Deste modo o sacramento da reconciliação não pode entender-se apenas como produzindo nas pessoas o perdão dos pecados. Produz a vida nova no seu tríplice nível, comprometendo os penitentes reconciliados com o discipulado de Cristo, com a participação na comunidade eclesial, com a práxis evangélica libertadora. Substitui o domínio do pecado no mundo pela presença atuante de Cristo na história.²³⁹

Uma vez já tendo sido liberta do pecado mais de uma vez, o fiel é testemunha viva das palavras de Paulo: “[...]onde avultou o pecado, a graça superabundou[...]”²⁴⁰ Uma vez restabelecida na vida divina a pessoa é chamada a permanecer com seriedade na vocação de Deus e corresponder com suas limitações ao perdão recebido tendo em mente a parábola sobre o devedor implacável.²⁴¹

A Igreja, como comunidade a serviço do anúncio da boa nova, é a comunidade a serviço da reconciliação e da salvação (cf. Jo 20,21s). É neste horizonte que deve situar-se a celebração do sacramento da penitência. Na sua história, a Igreja tem reconhecido diversos modos, atitudes e lugares para expressar a conversão e a reconciliação. O sacramento da penitência exprime, de modo pleno, a vida de conversão e de reconciliação. Pode ser celebrado como meio de progresso espiritual, como impulso para um crescente dinamismo de conversão e como reafirmação continuada de uma vida para Deus e o próximo.²⁴²

O sacramento da reconciliação é um meio de atingir a graça, não uma finalidade em si mesmo. Por isso sua função é levar a pessoa que o celebra cada vez mais à comunhão e à

²³⁹ RAMOS-REGIDOR, 1989, p. 451.

²⁴⁰ Rm 5,20.

²⁴¹ Mt 18,23-35.

²⁴² PALUDO, 1999, p. 22.

caridade, a viver de tal modo que se reconheça alguém necessitado de perdão e de reconciliação, num caminho de permanente conversão.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou abordar o sacramento da confissão, bem como sua melhor vivência na atualidade. Para isso, percorreu-se diversos aspectos nessa busca: uma síntese da experiência humana de conversão e reconciliação à luz da antropologia, da Bíblia e da tradição eclesial; uma análise da relação entre o pecado e sua cura no âmbito do sacramento da reconciliação; e, finalmente, apontamentos para uma vivência mais frutuosa da confissão sacramental.

Discutiu-se a importância da reconciliação nos âmbitos antropológico, bíblico e na tradição eclesial. Na antropologia personalista, o ser humano é visto como mais pleno quando em comunhão, amando e perdoadando. O perdão e a reconciliação são atos humanos, acessíveis àqueles que são livres e conscientes. A dinâmica da conversão consiste em compreender o mal causado e ter a liberdade de mudar. Essas são situações essenciais para uma verdadeira transformação. Viu-se também como o perdão e a reconciliação têm implicações psicológicas significativas, onde a psicanálise ajuda a entender o sentimento de culpa que leva à conversão.

Explorou-se a reconciliação na Bíblia, destacando profetas como Isaías, Jeremias e Ezequiel, que falaram sobre nova criação e nova aliança. Jesus trouxe o perdão gratuito de Deus, exemplificando a reconciliação. A autoridade dada aos apóstolos para ligar e desligar foi transmitida pela sucessão apostólica, embora a prática tenha variado ao longo do tempo. Discutiu-se também o desenvolvimento histórico do sacramento, desde a correção fraterna e práticas penitenciais nos primeiros séculos até as evoluções do período que sucedeu o Concílio de Trento. Tudo isso estruturou práticas melhor regulamentadas na história do sacramento.

Abordou-se, então, a relação entre pecado e salvação no contexto da crise humana e do sacramento. O pecado é uma falha contra a razão, a verdade e a consciência reta, prejudicando a natureza humana e a solidariedade. Diversas formas de penitência, como jejum, oração e esmola, ajudam na libertação do pecado. A conversão traz o perdão de Deus e a reconciliação com a Igreja, tornando o sacramento da penitência e reconciliação primordial após o Batismo. A formação da consciência é contínua, visando a maturidade moral e a capacidade de discernir o bem, seguindo o exemplo de Cristo.

Apontou-se o fato de como a difusão de ideias deturpadas gerou aversão e indiferença ao sacramento da penitência, afastando muitos fiéis. Com o novo ritual do sacramento da reconciliação e uma compreensão teológica adequada, é essencial reintegrar aqueles afastados. Exemplos de santos como São João Maria Vianney, que promoveu fervorosamente a vivência sacramental, são inspiradores. Os ministros da Igreja devem abordar o pecado de forma que

forme bem a consciência dos fiéis e promova uma celebração eficaz e significativa do sacramento.

Além disso, viu-se como o jansenismo e outras influências teológicas rigoristas criaram uma aversão e indiferença entre os fiéis. Ressurgiram também pensamentos neopelagianos e gnósticos, que diminuem a necessidade da graça divina para evitar o pecado, influenciando negativamente a prática sacramental. A secularização e a ideia do pecado como mero sentimento de culpa contribuíram para a perda da noção de pecado. O Papa Francisco critica essas visões, apontando suas manifestações contemporâneas, como a idolatria do mercado e o individualismo exacerbado, que promovem uma ética do desempenho incompatível com o cristianismo.

A Igreja, portanto, deve abordar o pecado e a reconciliação com uma teologia mais inclusiva e compreensiva para contrapor as influências deturpadas dessas visões e reintegrar os fiéis afastados. É crucial que a temática do pecado seja tratada de forma que promova o bem dos penitentes, reconhecendo a graça do sacramento e garantindo que ele seja bem celebrado. Os ministros da Igreja têm a responsabilidade de ajudar os fiéis a formar uma consciência moral bem-educada, essencial para uma vida cristã autêntica.

A formação teórica e prática do confessor é essencial para presidir o sacramento de forma mistagógica, integrando elementos simbólicos e rituais para que a celebração não seja apenas compreendida intelectualmente, mas vivida espiritualmente. O movimento de renovação litúrgica e o Vaticano II resgataram a importância da celebração mistagógica, que faz com que os fiéis vivenciem a graça invisível do sacramento. O sacerdote deve estar preparado espiritualmente e simbolicamente para acolher os penitentes e guiá-los na confissão, assegurando que o sacramento seja um verdadeiro encontro com a misericórdia divina.

Para que o sacramento da reconciliação seja bem vivido, é necessário que os penitentes compreendam os aspectos essenciais da celebração, incluindo a matéria e a forma do sacramento. Os fiéis devem confessar todos os pecados graves para a validade do sacramento e entender que a confissão não é apenas uma conversa informal, mas um sacramento com caráter comunitário. As celebrações penitenciais comunitárias podem enriquecer a experiência e fortalecer o senso de comunidade.

Os penitentes devem preparar-se adequadamente, fazendo um exame de consciência em oração e invocando o Espírito Santo. Após a confissão, devem cumprir a penitência imposta, permitindo assim receber as graças abundantes do sacramento. Essas graças beneficiam não apenas o indivíduo, mas também a Igreja e o mundo, refletindo a vocação cristã de ser um sinal de Cristo no mundo.

Desta maneira, este trabalho buscou responder à crise do sacramento da penitência, propondo-o como um verdadeiro caminho de reconciliação com Deus, consigo mesmo, com a comunidade humana, com a Igreja e com toda a criação. A reconciliação é essencial para o ser humano, e esse sacramento proporciona um caminho seguro e frutuoso para sua celebração. Espera-se que a compreensão e a prática deste sacramento sejam revitalizadas, promovendo uma vida cristã mais plena e consciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Carlos; et al. **Manual de Liturgia** - a celebração do mistério pascal, os sacramentos: signos do mistério. São Paulo: Paulus, 2005.

AGOSTINI, Nilo. **Moral fundamental**. Iniciação à Teologia. Petrópolis: Vozes, 2019.

_____. **Moral fundamental**. Petrópolis: Vozes, 2019.

ALSZEGHY, Zoltán; FLICK, Maurizio. **Il sacramento della riconciliazione**. Turim: Marietti, 1976.

AMARANTE, Alfonso Vincenzo e SACCO, Filomena. **Reconciliação Sacramental: moral e prática pastoral**. São Paulo: Santuário, 2020.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. São Paulo: Fonte Editorial, 2020

ARENDETT, H. **A condição humana**. São Paulo: Forense Universitária, 1993.

AROCENA, Félix María. **El sacramento de la penitencia, realidad antropológica y cultural**, Scripta Theologica, 41(3), 2009. Disponível em: <https://revistas.unav.edu/index.php/scripta-theologica/article/view/13277>. Acesso em: 07/03/2024.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BINGEMER, Maria Clara; FELLER, Vitor Galdino. **Deus-amor: a graça que habita em nós**. São Paulo: Paulinas, 2003.

BOROBIO, Dionisio. **Celebrar para viver: Liturgia e sacramentos na vida da Igreja**. São Paulo: Loyola, 2009.

BOULENGER, Auguste. **Historia de la Iglesia: Edad Moderna**. Madrid: Liturgica Espanhola, 1946. v. 4.

BUSCA, Gianmarco. **A Reconciliação “irmã do batismo”**. Brasília: CNBB, 2019.

_____. **Verso un nuovo sistema penitenziale?**. Studio sulla riforma della riconciliazione de penitenti. Roma: CLV-Edizioni liturgiche, 2002.

CATECISMO da Igreja Católica. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html. Acesso em: 19/10/2023.

CHAHWAN, Ayoub. **Les liturgies pénitentielles dans l’ancien testament**, conversion et pratiques. Ss.dd. Disponível em: <http://www.albiblia.com/files/pdf/b128d0ef720f43339a48b56f8d2e8e33.pdf>. Acesso em 22/02/2024.

CNBB, Estudos, 80. **Com adultos, catequese adulta**. São Paulo: Paulus, 2001.

CÓDIGO de Direito Canônico. São Paulo: Loyola, 2022.

COLOM, Enrique; LUÑO, Ángel Rodríguez. **Escolhidos para ser santos em Cristo. I.** Moral Fundamental. São Paulo: Quadrante, 2022.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, **Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium***. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html. Acesso em: 19/10/2023.

CONGREGAÇÃO para o clero. **O sacerdote ministro da misericórdia divina**. Subsídio para confessores e diretores espirituais. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2011.

CONTI, Daniela; GRILLO, Andrea. **Fare Penitenza**. Ragione sistematica e pratica pastorale del quarto sacramento, Assis: Cittadella.

CUVILLIER, E. **Bible et Psychanalyse**. Quelques éléments de réflexion. Études Théologiques et Religieuses, n. 2, 2007.

DANIEL-ROPS, Henri. **A Igreja das revoluções I**. Diante de novos destinos. São Paulo: Quadrante, 2003.

_____, Henri. **A Igreja das revoluções II**. Um combate por Deus. São Paulo: Quadrante, 2006.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. São Paulo: Paulinas, 2015.

DIAS, Gilmar Lopes. **Emmanuel Mounier e a Filosofia Personalista no Brasil**. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/824/406>. Acesso em: 13/02/2024.

DICASTÉRIO para a doutrina da fé. **Dignitas infinita**. Declaração sobre a dignidade humana. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_ddd_doc_20240402_dignitas-infinita_po.html. Acesso em: 31/04/2024.

FABER, Eva-Maria. **Doutrina católica do sacramentos**. São Paulo: Loyola, 2008.

FAUS, José Ignacio González. **As 10 heresias do catolicismo atual**. Petrópolis: Vozes, 2015.

FEINER, Johanes; LOEHRER, Magnus. **Mysterium Salutis**. Compêndio de Dogmática Histórico-Salvífica. Petrópolis: Vozes, 1983.

FELLER, Vitor Galdino. **A crítica do Papa Francisco ao pelagianismo**. Revista Encontros Teológicos nº 70, 2015. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjJm_vB3reFAxXRFrkGHT68A64QFnoECBYQAw&url=https%3A%2F%2Ffacasc.emnuvens.com.br%2Fret%2Farticle%2Fdownload%2F73%2F66%23%3A~%3Atext%3DFrancisco%2520critica%2520o%2520pelagianismo%2520presente%2Cdinheiro%252C%2520ao

%2520apego%2520ao%2520poder.&usg=AOvVaw3lzlh_MzWJuY1I7i7IHL3h&opi=89978449. Acesso em: 10/04/2024.

FIGUEIREDO, Luis Henrique Brandão de. **Acompanhar, discernir, integrar**. Santo Afonso Maria de Ligório e o ministério do confessor. São Paulo: Cultor de livros, 2022.

FLÓREZ, Gonzalo. **Penitência e unção dos enfermos**, São Paulo: Paulinas, 2007.

FRANGIOTTI, Roque. **História das heresias: séculos I-VII**. Conflitos ideológicos dentro do cristianismo. São Paulo: Paulus, 1995.

FREZZATO, Anderson. **Gnosticismo: um resgate conceitual motivado pela exortação apostólica**. Revista Eletrônica Espaço Teológico ISSN 2177-952X. Vol. 12, n. 22, jul/dez, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/37741>. Acesso em: 25/04/2024.

FUMAGALLI, Aristide. *Teologia del discernimento: fondamenti e configurazioni*, Milão: Ancora, 2019.

GILBERT, P. **Violence et compassion**. Essai sur l'authenticité d'être. Paris: Éditions du Cerf, 2009.

GIRARDI, Renzo. **Teologia morale**. Bolonha: Centro editoriale dehoniano, 2016

GIROTI, Gianfranco. **Amoris Laetitia**. L'importanza della coscienza, del discernimento e il ruolo del confessore. Vaticano: Libreria Editricia Vaticana, 2021.

GUARDINI, Romano. **Formação litúrgica**. Curitiba: Carpintaria, 2023.

HÄRING, Bernhard. **Minhas esperanças para a Igreja**. São Paulo: Paulus, 1999.

HORTAL, Jesús. **Os sacramentos da Igreja na sua dimensão canônico-pastoral**. São Paulo: Loyola, 2000.

JÁVERA, João Pedro. **As experiências de perdão necessárias para a constituição humana**: um diálogo entre a psicanálise winnicottiana e a teologia cristã. Protestantismo em Revista, v. 40. São Leopoldo: Protestantismo em Revista.

JOÃO PAULO II. **Exortação Apostólica *Reconciliatio et Paenitentia***. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jpii_exh_02121984_reconciliatio-et-paenitentia.html. Acesso em: 10/04/2024.

_____. **Carta encíclica *Veritatis Splendor***, sobre algumas questões fundamentais do ensinamento moral da igreja. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_06081993_veritatis-splendor.html. Acesso em: 05/04/2024.

KASPER, Walter. **Aspectos antropológicos de la penitencia**, in *Selecciones de teologia*. 1985. Disponível em:

<https://seleccionesdeteologia.net/buscador/?query=aspectos+antropológicos+de+la+penitencia>. Acesso em: 04/04/2024.

KOHON, Gregorio. **The British School of Psychoanalysis: the independent tradition**. Califórnia: Free Association Books, 1986.

KOWALSKA, Maria Faustina. **Diário**. A misericórdia de Deus em minha vida. Curitiba: Apostolado da Divina Misericórdia, 2015.

KRISTEVA, J. **La haine et le pardon: pouvoirs et limites de la psychanalyse III**. Paris: Fayard, 2005.

LASKE, Trilce. **Jansenismo y rigorismo en la nueva España: una propuesta de renovación historiográfica (1660-1700)**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2021.

LEERS, Bernardino. **O ministério da reconciliação**. Uma ética profissional para confesores. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEITÃO, Luís Manuel Novais. **O sacramento da Reconciliação e a consciência de pecado**. [Dissertação de Mestrado]. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2013.

LIBÂNIO, João Batista. **Eu creio nós cremos**. Tratado da fé. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

MARCHIORO, Raimondo. **La confesión sacramental: Guía práctica para penitentes y confesores**. Madri: Ediciones Rialp, 2004.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja, de Lutero a nossos dias**. II- A era do absolutismo. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas. 3ª ed. Trad. Orlando Soares Moreira, 2015.

MAZALI, Adimir Antonio. **Os mandamentos da igreja**, 2022. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/os-mandamentos-da-igreja/>. Acesso em 25/04/2024.

MAZZAROLO, Isidoro. **O que é o pecado?** São Paulo: Paulus, 2019.

MERTON, Thomas. **Homem algum é uma ilha**. Verus: Campinas, 2003.

MIGLIORI, Maria Luci Buff, **Horizontes do perdão**. São Paulo: PUC-SP. [Tese de Doutorado] 2007. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/11758/1/Maria%20Luci%20Buff%20Migliori.pdf>. Acesso em: 25/01/2024.

MOSER, Antônio. **O pecado: do descrédito ao aprofundamento**. Petrópolis: Vozes, 1939.

_____. **Teologia Moral**. Questões vitais. Petrópolis: Vozes. 3. ed., 2019.

MOUNIER, Emmanuel. **Manifesto ao serviço do personalismo**. Trad. António Ramos Rosa. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1967.

_____. **O personalismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

PALUDO, Faustino. **Sacramento da Penitência**. Deus ama e perdoa. São Paulo: Paulus, 1999.

PAPA FRANCISCO. **A misericórdia**. São Paulo: Paulus, 2018.

_____. **Desiderio Desideravi**. Sobre a formação litúrgica do povo de Deus. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/20220629-lettera-ap-desiderio-desideravi.html. Acesso em: 30/05/2024.

_____. **Exortação Apostólica Gaudete Et Exsultate**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exsultate.html. Acesso em: 18/04/2024.

PADRES APOSTÓLICOS. Clemente Romano; Inácio de Antioquia; Policarpo de Esmirna; O pastor de Hermas; Carta de Barnabé; Papias; Didaqué. Trad. Ivo Storniolo e Eulcides Balancin. São Paulo: Paulus, 1995. [Coleção Patrística].

PAUL Gilbert. Cambridge University Press, 02 jan. 2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/the-psychiatrist/article/paul-gilbert/3E0AD85DEF469D00EF16F7EA23C410D1>. Acesso em: 25/06/2024.

RAHNER, Karl. **Chiesa e sacramenti**. Brescia: Morcelliana, 1965.

RAMOS-REGIDOR, José. **Teologia do sacramento da penitência**. São Paulo: Paulinas, 1989.

RATZINGER, Joseph. **La via della fede**. Le ragioni dell'etica nell'epoca presente. Milão: Ares, 1996.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: do romantismo até nossos dias. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1991, 3 v.

REGINI, Massimo. **Vivere in Cristo**. Una teologia morale fondamentale. Bologna: Centro editoriale dehoniano, 2018.

RITUAL da penitência. São Paulo: Paulus. 2019.

ROCHA, Antonio Glauton Varela. **As noções de pessoa e vida pessoal em Emmanuel Mounier**: fundamentos de sua proposta de sociabilidade e de sua crítica ao processo de despersonalização. Dissertação [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2011.

RUBIO, Alfonso Garcia. **Unidade na pluralidade**. O ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs. São Paulo: Paulus, 2001.

SANTO AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. Contra os pagãos. Petrópolis: Vozes. 3. ed., 1999.

SANTOS, Cândido. **O Jansenismo em Portugal**. Porto: Edição Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

SCHNEIDER, Teodor. **Manual de Dogmática**. Petrópolis: Vozes, 2000. v. II.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Pessoa e existência**: iniciação ao personalismo de Emmanuel Mounier. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1983.

SILVA, Luis Henrique Eloy e. **O perdão como separação do ato**: Hermenêutica e ressignificação do construto em Mt 18,21-22 e no discurso psicanalítico. Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral, vol.9, n.1, Curitiba: PUCPR, 2017.

SILVA, Sérgio da. **Uma leitura mistagógica do ministério da penitência**: O IV sacramento após a reforma do Concílio Vaticano II. [Dissertação de Mestrado]. Roma: Pontificum Athenaeum S. Anselmi de Urbe, 2021.

SILVEIRA, Carlos Roberto da. **O humanismo personalista de Emmanuel Mounier e a repercussão no Brasil**. Tese [Tese de Doutorado], Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2010.

ZANINI, Ovídio. **Deus: sonho ou pesadelo?**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1997.